

Reabilitação do Hotel Queluz

uma proposta de assistência para
mulheres em situação de prostituição



Reabilitação do Hotel Queluz

**uma proposta de assistência
para mulheres em situação de prostituição**

Ana Carolina Rodrigues de Carvalho
Orientação: Helena Aparecida Ayoub Silva
Trabalho Final de Graduação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo
São Paulo
Agosto / 2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Carvalho, Ana Carolina Rodrigues
Reabilitação do Hotel Queluz: uma proposta de assistência para mulheres em situação de prostituição / Ana Carolina Rodrigues Carvalho; orientadora Helena Aparecida Ayoub Silva. - São Paulo, 2021.
104 p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Reabilitação. 2. Patrimônio. 3. Santa Ifigênia. 4. Prostituição. I. Silva, Helena Aparecida Ayoub, orient. II. Título.

Agradecimentos

À Helena Ayoub, pela orientação, paciência e todas as conversas deste último ano, fundamentais para a elaboração deste trabalho.

À Beatriz Kühl e Sabrina Fontele, pelo interesse e participação na banca avaliadora.

Aos meus pais, Marcos e Silvia, pelo infinito suporte e encorajamento durante os anos de graduação.

Às amigas Caroline, Daniele e Sofia por todo o apoio, não apenas nas contribuições com o trabalho, mas durante toda a trajetória na FAU. Agradeço também à Victória, Isabel, Gabriela, Lyon e Danilo. A amizade e companhia de todos vocês durante a graduação foi e sempre será motivo de muitas alegrias.

Por fim, aos colegas e professores da FAU pelos ensinamentos e todas as experiências compartilhadas.

Resumo

Tomando como ponto de partida da discussão sobre o grupo de mulheres em situação de prostituição existente na região central de São Paulo, este trabalho consiste no desenvolvimento de um projeto de reabilitação para o edifício do Hotel Queluz, localizado no bairro de Santa Ifigênia, vizinho à Estação da Luz. O projeto parte da mudança de uso da edificação, tornando-o um espaço para acolhimento e assistência em diversas frentes para estas mulheres, tendo como norteador da proposta o trabalho desenvolvido pela ONG Mulheres da Luz.

A história da região central de São Paulo é marcada pelo seu processo de popularização, pelos discursos de degradação do território e estigmatização das populações vulneráveis ali presentes. Soma-se a isto as diversas propostas de intervenção elaboradas pelo Estado nas últimas décadas, com um evidente apagamento destas populações vulneráveis. Paralelamente, há a questão do edifício e seu papel enquanto parte integrante dos processos que se desenrolam no local desde o século XIX, bem como as suas questões materiais enquanto patrimônio histórico da cidade.

A partir destas discussões, é desenvolvida uma proposta projetual enquanto uma possível resposta à questão da prostituição, buscando responder às demandas necessárias na criação de uma nova perspectiva para estas mulheres.

Palavras chaves:

Reabilitação; Patrimônio;
Santa Ifigênia; Prostituição

Sumário

Introdução

1. O bairro de Santa Ifigênia 15

- Evolução Histórica – Formação e desenvolvimento do centro de São Paulo
- O novo centro e o centro expandido
- Boca do Lixo e a prostituição no centro de São Paulo

2. Propostas de intervenção na região central 31

- Área da Luz – Renovação Urbana em São Paulo
- Programa Luz Cultural e Programa Luz - Monumenta
- Projeto Nova Luz
- Campos Elíseos Vivo – Mundaréu da Luz

3. O edifício e as Mulheres 51

- O Hotel Queluz
- Preservação do edifício
- Características construtivas
- As Mulheres da Luz

4. A proposta de reabilitação 71

- Programa
- Desenho
- Projeto

Considerações finais

Referências bibliográficas

Introdução

Durante quatro anos, dos meus treze aos quase dezoito anos de idade, estudei em período integral nos arredores da Praça da Luz. Foi neste período que tive o primeiro contato com a região central da cidade, longe do bairro onde cresci, caminhando pelos bairros do Bom Retiro e da Luz. Foi também neste período que eu aprendi através das mídias o que era uma prostituta. Pouco tempo depois aprendi novamente o que era uma prostituta, enquanto observava mulheres sentadas nos bancos dessa mesma praça. Descobri que aquelas mulheres, muito parecidas com as mulheres que se sentavam ao meu lado no metrô todos os dias da semana, com as minhas vizinhas, amigas da minha família, tias e avós, mulheres como as mulheres com quem convivemos diariamente, completamente distantes da imagem da prostituta pintada pela mídia.

O trabalho aqui apresentado consiste em um exercício de projeto de arquitetura enquanto uma possibilidade de contribuição para a discussão da exploração sexu-

al feminina, com um recorte específico do grupo de mulheres em situação de prostituição na Praça da Luz e seus arredores, mulheres que apresentam uma gama de vulnerabilidades e são invisibilizadas nas mais diversas discussões e propostas acerca da região que ocupam. Tendo como objeto de arquitetura o edifício do Hotel Queluz, é elaborado um projeto de reabilitação deste, transformando o espaço hoje utilizado nos programas de prostituição por essas mulheres em um local designado ao acolhimento e assistência destas.

O trabalho se organiza em três grandes partes: iniciando por uma recapitulação da história do bairro de Santa Ifigênia, é discutido a participação da área no processo de formação da cidade e a sua popularização com a expansão da malha urbana, o surgimento e dissolução da Boca do Lixo, e as diversas propostas de intervenção realizadas pelo Estado nas últimas décadas, permeados pelo o discurso da re-

qualificação da área. Em seguida, é feito um levantamento sobre o edifício do edifício do Hotel Queluz, datado da primeira década do século XX, patrimônio histórico da cidade, e hoje, espaço utilizado nos programas de prostituição.

Na segunda parte é também elaborado um breve levantamento a respeito das mulheres em situação de prostituição na região da Luz e suas particularidades e traz um resumo do histórico da dinâmica da prostituição local. Apresenta também, o trabalho da ONG Mulheres da Luz, principal organização que trabalha com estas mulheres. Por fim, é apresentado o projeto de reabilitação do edifício na esquina da Rua Mauá com a Avenida Cásper Líbero, a partir da elaboração de um programa de necessidades que contempla as diversas ações executadas pela ONG, visando a promoção da cidadania e garantia dos direitos das mulheres.

O bairro de Santa Ifigênia

Evolução Histórica - Formação e desenvolvimento do centro de São Paulo

A origem do bairro de Santa Ifigênia remonta ao final do século XVIII, com a construção da capela de Santa Ifigênia em 1794 e celebração de sua primeira missa em 1795. Tão logo construída, a capela é reformada e ampliada, sendo a primeira igreja de São Paulo para além do Rio Anhangabaú. Após a construção da igreja, em 1809 surgem as primeiras casas em seus arredores, formando o núcleo da freguesia de Santa Ifigênia, primeira freguesia de São Paulo desmembrada da Sé (ARROYO, 1966, pg.166). No mesmo período, é elaborado o projeto de loteamento de Santa Ifigênia, com autoria de Marechal Arouche de Toledo Rendon, prevendo a urbanização da área oeste à Chácara do Chá. Conforme a planta de 1810 (**Mapa 1**), é possível notar que muitas das principais vias do bairro já estavam traçadas, como a Rua Santa Ifigê-

nia, Alameda dos Bambus (atual avenida Rio Branco), Avenidas Ipiranga e São João.

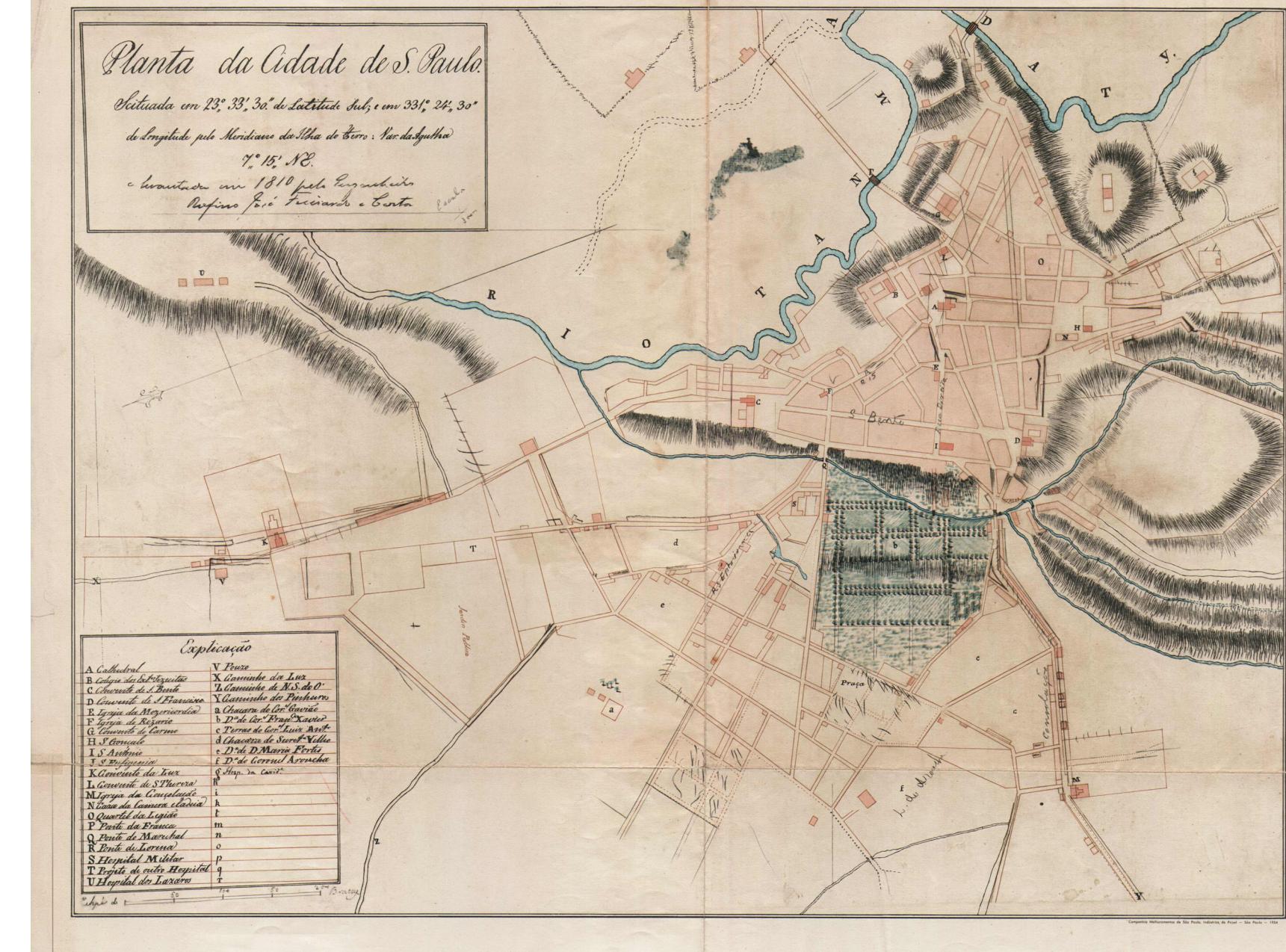
Ainda que construída em terreno privilegiado, por onde passava uma variante do caminho de Piratininga – fazendo ligação com a Luz, por um sentido, e a Pinheiros, por outro –, e com algum desenho urbano já definido após a abertura de ruas e regularização de caminhos conforme o projeto de 1810, a freguesia de Santa Ifigênia apresentava ainda uma ocupação deveras dispersa, integrando o ainda não urbanizado cinturão de chácaras no entorno da cidade: “a cidade permanecia, qual pequeno burgo medieval, incrustada na colina compreendida entre os vales dos córregos Anhangabaú e Tamanduateí” (VILLAÇA, 2001, pg.192). Entretanto, iniciava-se nesta época o primeiro movimento de dispersão das famílias de renda alta que à época ocupavam a cidade, que viam nestas áreas pouco ocupadas, mas com fácil acesso à cidade, uma oportunidade para construção de novas residências.

Todas as obras de infraestrutura realizadas nessa época podem ser vistas apenas como um esforço para melhorar os eixos de acesso à cidade. Mas podem e devem ser vistas também como recursos para possibilitar a expansão da área urbanizada, de modo a acolher os novos habitantes, registrados pelos sucessivos recenseamentos. Sem dúvida, deram ensejo aos primeiros movimentos de um mercado imobiliário em formação. Os terrenos periféricos à cidade, mais facilmente acessíveis, foram rapidamente apropriados pelas famílias mais ricas. Algumas passaram a residir nessas chácaras; outras as utilizavam como áreas de lazer. Esse era o quadro, quando se proclamou a Independência.

A melhoria dos caminhos abriu novas alternativas para os modos de habitar, entre os setores sociais mais ricos e poderosos. Em sua escala muito modesta, compatível com aqueles tempos, era uma primeira manifestação de um fenômeno que passou a ocorrer em larga escala na passagem do milênio: as facilidades da mobilidade levando alguns setores à dispersão. Eram os mais ricos saindo da cidade, para morar com maior conforto. (REIS FILHO, 2004, pg. 88)

Esse deslocamento das classes de alta renda para as áreas no entorno da cidade se configura como um primeiro sinal de estratificação social na cidade, ainda que de forma reduzida e dispersa em diversos pontos por toda a área que circunda o que configurava então a área urbanizada, o atual Triângulo Histórico, conformado pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro. Neste momento, os pontos de ocupação de maior concentração, além da freguesia de Santa Ifigênia, à oeste, eram, a área do Carmo, próxima da Sé; da Liberdade, ao sul; e da Luz, ao norte.

Com a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo Railway, em 1867, ligando Santos a Jundiaí e, em 1875, da Estrada de Ferro Sorocabana, a cidade de São Paulo inicia um processo de significativas transformações, com um rápido crescimento urbano e demográfico e mudanças nas atividades produtivas na cidade e por toda a Província (REIS FILHO, 2004, p. 111). A produção de açúcar que dominava o interior paulista passa a ser substituída pelas lavouras de café, que se expandiram rapidamente, tendo a estrada de ferro como um fator fundamental ao proporcionar o transporte eficiente e de custo reduzido. O crescimento econômico viabilizado pela produção cafeeira, responsável pelo aumento dos recursos



Mapa 01 – Planta da Cidade de S. Paulo (1810)

Fonte: Arquivo Histórico Municipal (DPH, SMC)

disponíveis na cidade de São Paulo, somado ao rápido crescimento populacional, foram fatores fundamentais no crescimento da cidade urbanizada que, a partir da segunda metade do século XIX, se expande de forma definitiva, ultrapassando os limites da cidade original.

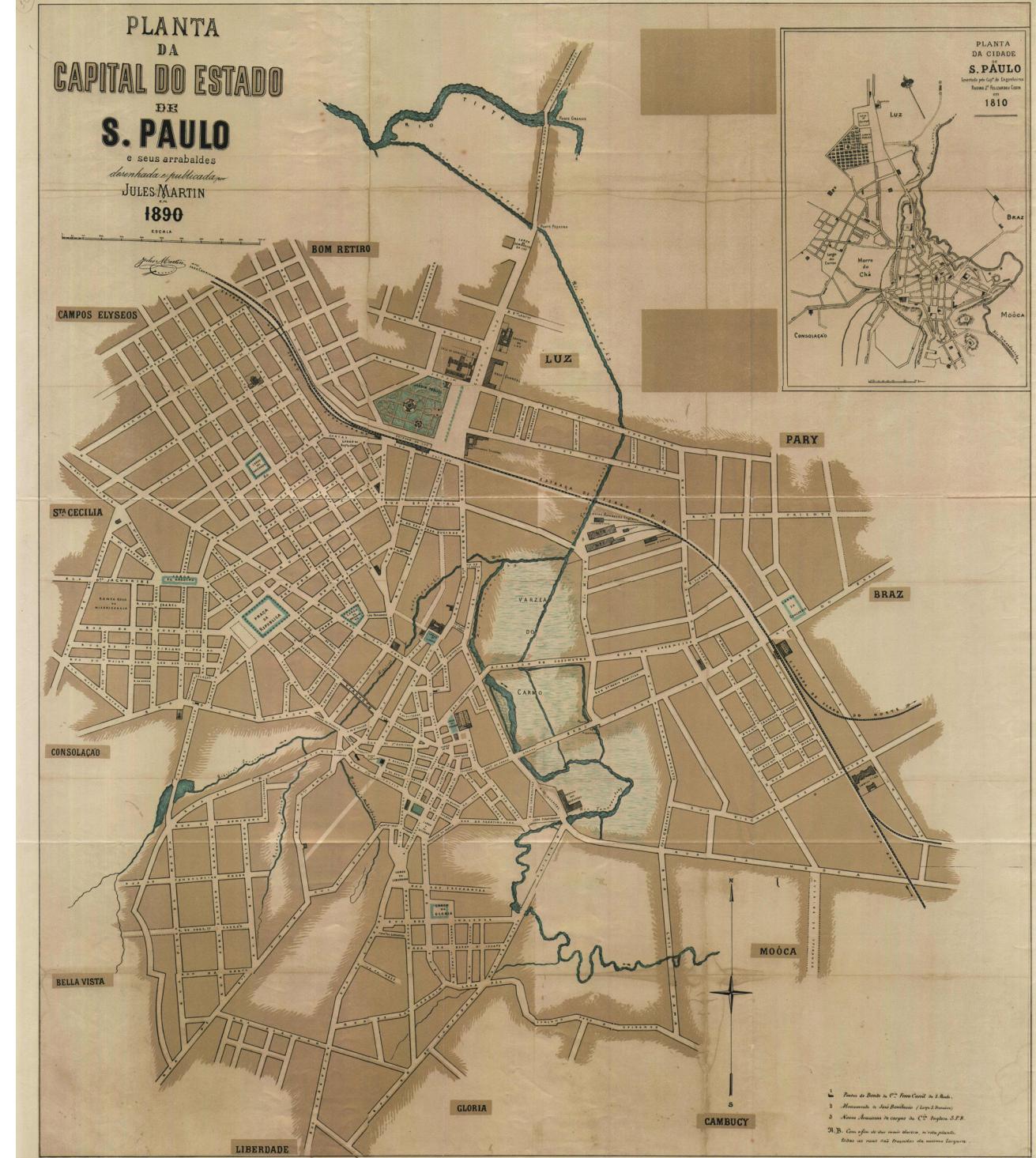
É neste cenário em que a antiga freguesia de Santa Ifigênia passa a se transformar em bairro, área pertencente à cidade em expansão. A região localizada à oeste ao centro original, conformada pelos bairros de Santa Ifigênia, Campos Elíseos, Santa Cecília e Vila Buarque, passa a ser rapidamente loteada e ocupada pela população de alta renda. Essa expansão para além-Anhangabaú é justificada por Flávio Villaça como o momento de constituição da estratificação social na cidade. Segundo o autor, a expansão urbana para além da cidade original enfrentaria obstáculos geográficos em todas as direções. Para leste, a estrada de ferro e o rio Tamanduateí, com extensa área de várzea alagável; para oeste, o rio Anhangabaú, sendo esta travessia mais vantajosa por ser tratar de um vale mais estreito e sem a presença de várzea, ao contrário do Tamanduateí. A estrada de ferro, sinal de prestígio em seus primeiros anos, foi também um fator importante no direcionamento deste crescimento, dada a proximidade com a estação da Luz.

Na década de 1880, Campos Elíseos (a oeste) representou o primeiro loteamento aristocrático e 'moderno' feito nos moldes de um empreendimento imobiliário capitalista, para a aristocracia paulistana. Seu projeto era moderno, com ruas retas, largas para a época, cruzando-se em ângulo reto e – grande novidade – uma praça, como parte integrante do loteamento. [...] Essa região nobre, tal como no Rio seis décadas antes, começou ideologicamente, chamar-se 'Cidade Nova.' (VILLAÇA, 2001, p.194).

ainda uma terceira possibilidade de direcionamento da expansão urbana ao sul da cidade original, a favor da Liberdade, sendo a única direção que implicaria a necessidade de transposições. O momento da expansão ao sul é justificado exactly por não haver esta separação física entre os bairros, o que Villaça defende como um claro sinal de renascimento da nascente burguesia paulistana, que escava a ruptura com o passado colonial, buscando construir uma cidade nova, de acordo com os progressistas.

ível observar o desenvolvimento da cidade na

Mapa 02 – Planta da Capital do Estado de S. Paulo (1890)



Planta da Capital do Estado de S. Paulo, de 1890 (**Mapa 02**), com a abertura de novos bairros na área conformada pelo antigo cinturão de chácaras, com destaque para os arruamentos ortogonais em todo o oeste do centro original. É neste período, entre o final do século XIX e início do século XX, que o perfil da cidade passa por significativas transformações, com a instalação das linhas de bondes, restaurantes, hotéis e teatros, além do estabelecimento das famílias da elite cafeeira na cidade, configurando o cenário de progresso em São Paulo (REIS FILHO, 2004, pg.158). Foi primordial ainda a participação do Estado na construção do novo centro, reforçando as dinâmicas de segregação entre as elites e demais grupos sociais. O Teatro Municipal, Viaduto do Chá e, posteriormente, a Biblioteca Municipal são exemplos de investimentos públicos que reforçaram a valorização destes bairros, apoiando a consolidação do processo de transferência da aristocracia paulista para o centro novo (VILLAÇA, 2001, pg.264).

A instalação das estradas de ferro em São Paulo foi fundamental ainda no processo de industrialização da cidade e, conforme já citado, em seu crescimento demográfico, decorrente principalmente das ondas de imigração, assim como da abolição da escravidão, em 1888 (**Tabela 1**). As indústrias instalaram-se ao longo

das ferrovias, mais especificamente nos bairros da Mooca e Brás, Barra Funda e Bom Retiro. Além das vantagens da proximidade das ferrovias para escoamento da produção, as indústrias dependiam do abastecimento de carvão mineral, importado principalmente da Inglaterra. Junto à estas, são construídas também as vilas operárias, abrigando os trabalhadores mais qualificados nos terrenos pertencentes às empresas. Esta solução, entretanto, não sanava a crescente demanda por habitações populares. Surgem então os cortiços (**Mapa 03**), instalados principalmente no velho centro e seus arredores, nos antigos casarões desocupados ou em novas construções com diversos quartos prevendo o aluguel de cômodos, em uma forma de morar demasiadamente precária, sem o fornecimento de água ou esgoto e abrigando famílias numerosas em um único cômodo; uma forma de investimento lucrativo para os proprietários (ARAGÃO; SOUZA, 2018, pg.02).

Este período do final do século XIX e primeiras décadas do século XX é marcado, portanto, por dois movimentos simultâneos. De um lado, temos o início do processo de segregação das classes de alta renda à oeste do vale do Anhangabaú, nos bairros de Campos Elíseos, Vila Buarque e Santa Cecília,



Mapa 03 – Planta Cadastral da Cidade de São Paulo – Sta Ephigenia (1892)

Fonte: Arquivo Histórico Municipal (DPH, SMxC)

Ano	População total
1816	5.382
1826	11.048
1872	26.020
1890	64.934
1893	130.775
1920	581.435
1935	1.060.120

Tabela 01 – Dados e estimativas sobre número de habitantes (cidade de São Paulo)

Fonte: REIS FILHO, Nestor, 2004

com respaldo do Estado nos investimentos em obras públicas visando a qualificação do espaço, a exemplo da inauguração do Viaduto do Chá,¹ em 1891. Do outro, o rápido crescimento da população de mais baixa renda e expansão do centro em locais como a Glória, Carmo, Liberdade e, conforme demonstrado na planta de 1892, no bairro de Santa Ifigênia.

O novo centro e o centro expandido

Se até as primeiras décadas do século XX a cidade enfrenta esta primeira dinâmica de expansão do centro para além-Anhangabaú, com transferência da ocupação residencial das famílias de mais alta renda e concentração das atividades terciárias no centro histórico, a partir da década de 1930 é engendrada uma série de intervenções urbanas que impactam profundamente as dinâmicas imobiliárias da cidade e o uso do solo na região central. Estas podem ser divididas em duas fases: a primeira, entre 1930 e 1960, com a implementação do Plano de Avenidas a partir da gestão de Prestes Maia e a alta produção imobiliária a partir de 1940; e a segunda, a partir de 1960, com o deslocamento dos setores terciário e imobiliário para a região sudoeste da cidade.

A região do centro velho e o seu entorno inicia, na década de 1920, o seu processo de desenvolvimento imobiliário, com regulamentações urbanísticas que orientavam a verticalização da região. Na década

seguinte, o modelo urbanístico do Plano de Avenidas passa a ser adotado como o plano de estruturação viária da cidade, elevando o automóvel ao modo padrão de mobilidade. São alargadas as vias no entorno imediato do centro velho, criando o Perímetro de Irradiação, e suas respectivas radiais, criando as conexões com os bairros. A ampliação do acesso ao automóvel, somada às vias expressas em construção, altera de maneira significativa a acessibilidade à região central.

Neste momento, a região à oeste do centro velho era ainda ocupada pelas famílias da elite, que para além do uso residencial, conformava a região enquanto centro novo, com comércios, restaurantes, escritórios que atendiam à esta população. O centro velho, já congestionado e de difícil acesso via automóvel, perdia sua atratividade para o centro novo, que passava a concentrar usos terciários de prestígio, com destaque para o trecho privilegiado do Perímetro de Irradiação, com as avenidas Ipiranga, São Luís e Rua Maria Paula (NAKANO; ROLINK; CAMPOS, 2004, pg.130).

Paralelamente, a expansão urbana orientada à aristocracia paulista segue em evolução, partindo dos bairros à oeste do centro para a região da Avenida Paulista. Esta, com um primeiro loteamento iniciado em 1890, foi

originalmente ocupada com os casarões da elite cafeeira, conformando um bairro residencial. A partir da década de 1940, a produção imobiliária verticalizada passa a se expandir, com expressivo aumento no número de construções de edifícios residenciais. É o momento de expansão da classe média em São Paulo, com crescimento populacional decorrente da grande quantidade de imigrantes, absorvidos pela indústria da construção.

O segundo momento de intervenções transformadoras da dinâmica imobiliária da cidade se inicia em 1957, com a nova Lei de Zoneamento promulgada neste ano. Com ela, os Coeficientes de Aproveitamento (CA) máximos passam para seis vezes a área do terreno (uso comercial) ou quatro vezes a área (uso residencial), sendo que anteriormente este variava entre 8 a 10 vezes, chegando até a 22 vezes em alguns casos. É definida ainda a limitação da densidade demográfica de 600 habitantes por hectare, fixando uma cota mínima de 35m² de terreno por unidade habitacional.

Além de afetar a produção do mercado habitacional para grupos de menor poder aquisitivo - as quitinetes que se proliferavam no centro foram inviabilizadas -, a legislação também impulsionou a expansão da área verticalizada para o setor

sudoeste da cidade, para onde já se voltavam investimentos públicos, na medida em que os empreendimentos deveriam acontecer em lotes maiores que os existentes no Centro. (KARA-JOSÉ, 2010, pg.23).

A partir da década de 60, o foco do mercado imobiliário desloca-se do centro para a região sudoeste. Com a construção de inúmeros edifícios de escritórios, a Avenida Paulista e Rua Augusta passam a configurar um novo centro da cidade, com um segundo deslocamento das camadas de alta renda e seus respectivos setores de comércio e serviços (VILLAÇA, 2001, pg.265). "Ao mesmo tempo, a abertura da avenida Faria Lima (1965-1968) e o alargamento da avenida Paulista (1970-1974) criou novas centralidades de prestígio na direção do Jardins e do bairro Pinheiros, com acesso fácil por automóvel, mas desvinculadas do centro histórico" (NAKANO; ROLNIK; CAMPOS, 2004 pg.133).

É importante frisar que neste movimento, onde as classes dominantes levam consigo o centro da cidade, visando minimizar o tempo de deslocamento e facilitar seu acesso, ao contrário do primeiro deslocamento que consistiu na transferência da occupa-

ção para um novo perímetro, este novo centro que se formava acaba se desenvolvendo no que Villaça define como um "centro expandido", onde uma grande região da cidade é ocupada de forma mista por residências e edifícios de apartamentos, escritórios, serviços e shopping centers, concentradores do comércio em seus mais variados segmentos.

Diante destas transformações, tanto o centro velho quanto o centro novo acabam por perder também a atratividade das empresas e escritórios, que passam a se transferir para o centro expandido, dada a disponibilidade de edifícios com planta livre, estacionamentos e melhores infraestruturas de telecomunicações. A partir da década de 1970 o centro Sé-República é marcado pelo abandono definitivo dos ocupantes de alta renda, favorecendo "sua ocupação por comércio e serviços dirigidos a uma população de menor poder aquisitivo, configurando um novo perfil e outro dinamismo para o centro histórico" (NAKANO; ROLNIK; CAMPOS, 2004, pg.134).

Já isolado anteriormente nas suas faces leste e norte pelo cinturão ferroviário e industrial que vai da Barra Funda ao Ipiranga, passando por Bom Retiro, Luz, Pari, Brás e Mooca, o nú-

cleo Sé-República tornou-se uma região de certa forma ilhada. Paradoxalmente, a multiplicação das obras viárias, ao mesmo tempo em que facilitou enormemente a passagem pela região, dificultou a micro-acessibilidade no que se refere ao acesso direto ao núcleo histórico – a qual, já prejudicada pela carência de garagens e facilidades para estacionamento (e, no caso do centro velho, pela própria topografia), também foi afetada pela pedestrianização de ruas, mãos únicas e vias exclusivas de ônibus e táxis criadas para racionalizar o tráfego a partir da década de 1970. (NAKANO; ROLINK; CAMPOS, 2004, pg.131)

Boca do Lixo e a prostituição no centro de São Paulo

O bairro de Santa Ifigênia, hoje deveras estigmatizado pela sua fama como a "Cracolândia" paulista, foi marcada entre as décadas de 1950 e 1980 como a "Boca do Lixo". Território de prostituição, tráfico de drogas e de produção cinematográfica, a Boca do Lixo foi amplamente estigmatizada, contribuindo para a visão de degradação do centro da cidade e endossando o discurso da necessidade de revitalização da área.

Registros confirmam que o meretrício se concentra na região central de São Paulo desde o século XIX, sendo numerosas as tentativas de contenção, normatização ou expulsão de seus integrantes. Diversas obras realizadas na região central, como o alargamento da Praça da Sé, em 1911 e o alargamento da Rua Líbero Badaró serviram como tentativas de garantir a remoção dessa população, demolindo cortiços e casas de cômodos utilizados pela prostituição. (RIZZO, 2017, pg.30)

Muito embora as autoridades se debruçassem so-

bre o estatuto da prostituição no sentido lato e seus desdobramentos como um problema de ordem social, o foco não era a prostituição mantida por chiques cafetinas em apartamentos e rendez-vous refinados, espalhados por todos os cantos da cidade atendendo políticos, fazendeiros, empresários e profissionais liberais, como advogados e médicos, entre outros. As medidas adotadas visavam normatizar, controlar e ocultar a prostituição visível na paisagem, em bares e esquinas, composta por mulheres e homens pobres, espaço de diversão frequentado pela chamada ralé da sociedade. (RIZZO, 2017, pg.29)

Em 1940 o Estado de São Paulo, amparado pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, acaba por lograr o confinamento e controle da prostituição na cidade, instaurando a zona do baixo meretrício no bairro do Bom Retiro. Confinado nas ruas Ribeiro de Lima, Aymorés, Itaboca e Carmo Cintra, são instaladas aproximadamente 150 casas de tolerância, acomodando cerca de 1.400 mulheres, uma delegacia de polícia, três postos antivenéreos, bares e restaurantes (FURLAN, 1955, pg.43 apud FELDMAN, 1988, pg.88). A patrulha da zona era realizada pela Polícia

de Costumes, sendo exigido das mulheres o registro oficial realizado na Delegacia dos Costumes. As mulheres não registradas, que trabalhavam de forma clandestina, eram vítimas de repressão e extorsão, acabando por serem impelidas à prostituição, marginalizando as mulheres que se prostituíam de maneira transitória (RIZZO, 2017, pg.33).

Segundo Feldman, o local escolhido para confinamento da zona, em um bairro de forte presença de imigrantes e da comunidade judaica, além de vizinho à linha ferroviária, é fundamental no ocultamento da prostituição da cidade, além de conformar um deslocamento pequeno da zona de meretrício pobre localizada na área da Santa Ifigênia. Entretanto, a zona no Bom Retiro dura pouco mais de uma década. Em janeiro de 1953, 13 anos depois, o prefeito Jânio Quadros decreta a proibição do comércio de bebidas alcoólicas não apenas na zona, mas em outros pontos no centro da cidade. É intensificada a repressão no Bom Retiro e reforço no patrulhamento. Em dezembro do mesmo ano, o governador Lucas Nogueira Garcez anuncia a extinção da zona de meretrício, fechando todas as casas e despejando as mulheres no dia seguinte.

Desabrigadas, estas centenas de mulheres deixam o Bom Retiro, se deslocando para os bairros da Luz, Campos Elíseos e Santa Ifigênia. Conforme citado anteriormente, neste período, a legislação urbana com taxas de Coeficiente de Aproveitamento (CA) entre 8 e 10, garantiram a produção de edifícios residenciais verticalizados, com unidades habitacionais de tamanhos reduzidos, em sua maioria quitinetes. Com a mudança na Lei de Zoneamento, dificultando a construção de moradias populares e o deslocamento das elites para a região sudoeste, os bairros de Santa Ifigênia, Bom Retiro, Barra Funda, Brás, Mooca, Belém e Liberdade seguem concentrando os cortiços da cidade.

A oferta de hotéis, quitinetes e pensões com o aluguel de cômodos na região da Santa Ifigênia e parte de Campos Elíseos, além da proximidade com a antiga zona confinada no bairro do Bom Retiro, é fundamental para a viabilidade da instalação das mulheres e manutenção das atividades do meretrício:

No período que se inicia em 1954 a manutenção da estrutura organizacional de exploração da prostituição, que implica na utilização das mesmas estruturas físicas, permite a manutenção das estratégias de rendabilização de edificações

localizadas em áreas centrais da cidade. Campos Elíseos, por exemplo, durante as décadas de 50 e 60, ao mesmo tempo que aparece entre os bairros onde terrenos são ofertados aos preços mais altos no Município de São Paulo (Cogep, 1978), constitui juntamente com Santa Ifigênia o local onde se instala o maior território de prostituição da cidade. (FELDMAN, 1988, pg.113)

Já não mais confinadas nas casas de tolerância das ruas das zonas, as mulheres passam a utilizar a rua para o encontro de clientes, caminhando pelas calçadas ou dispostas nas esquinas, o chamado trottoir. Entretanto, mantém-se a forma de exploração da prostituição, através do lenocínio. Em sua autobiografia, Hiroito Joanides narra o tom da marginalidade da Boca do Lixo, de sua formação até a década de 1970. Somam-se às prostitutas, cafetinas e cafetões, os fregueses, traficantes, marginais e boêmios, que viviam ou transitavam pela região, mas também do comércio local, salões de beleza, bares e restaurantes.

A Boca se tornara, senão uma cidade dentro da própria cidade, uma colônia numerosa e próspera, com vida própria, suas lojas, bares, restaurantes, cinemas, dentistas, farmácias, barbearias e sa-

lões de beleza que atendiam e serviam quase que exclusivamente a classe dos desajustados sociais, existindo nada mais que em função destes; com seus usos, costumes, modas e valores subjetivos peculiares, endêmicos. (JOANIDES, 2003, pg.102).

A região foi alvo de inúmeras operações policiais, com batidas e apreensões constantes, fechando casas de prostituições e estabelecimentos comerciais, entretanto sem impacto efetivo. Hiroito afirma ainda que quando fechadas as casas de mulheres, essas rapidamente se transferiam para um novo local e, com o passar do tempo, as fronteiras da Boca foram se expandindo no centro, chegando ao largo do Arouche, praça Marechal Deodoro e até a Consolação e Avenida Ipiranga.

Neste mesmo período, o bairro de Santa Ifigênia foi também polo de produção cinematográfica, contando com produtoras, fábricas de equipamentos especializados e distribuidoras de cinema e serviços especializados. Sua localização estratégica, próxima às estações da Luz e Sorocabana, era fundamental na logística de distribuição dos rolos de filmes. Entre as décadas de 1960 e 1980, a região teve uma pre-

sença significativa no cinema nacional, produzindo as chanchadas, pornochanchadas, cinema marginal além de filmes eróticos, ao final dos anos 1980, quando a indústria entra em declínio, com a transferência das produtoras e distribuidoras para outras regiões da cidade.

Propostas de intervenção na região central de São Paulo

Dado o cenário de consolidação do centro histórico enquanto território predominantemente popular na cidade surgem, na década de 1970, as primeiras discussões de intervenções urbanísticas na região central da cidade com iniciativas esparsas e ações pontuais do governo municipal, mas já introduzindo o conceito de revitalização da região. No período de uma década, entre 1975 e 1985, foram elaborados o Plano de Revitalização do Centro (1975-1979), o Plano de Revitalização da Área Central (1979 - 1982) e o Projeto Luz Cultural (1983-1985).

É apenas a partir da década de 1990 que se iniciam as ações governamentais voltadas para atração do setor privado na região central. O instrumento de Operação Urbana foi incluído no plano diretor de 1988 e

começou a ser usado em 1991, quando foi implementada a primeira Operação Urbana Consorciada em São Paulo, a Operação Urbana Anhangabaú, seguida pela Operação Urbana Centro, em 1997. Ambas visavam a atração de empreendimentos privados a partir de vantagens legislativas mas tiveram baixa adesão do mercado imobiliário frente ao processo de deslocamento para a região sudoeste da cidade.

Ainda nesta década, a revitalização do centro se tornou uma ideia consolidada na esfera pública, fortalecida pela atuação da Associação Viva o Centro, uma Organização Não Governamental criada pelo Banco de Boston, que reuniu uma série de instituições do setor financeiro privado e público. Visavam a participação no processo de recuperação da região

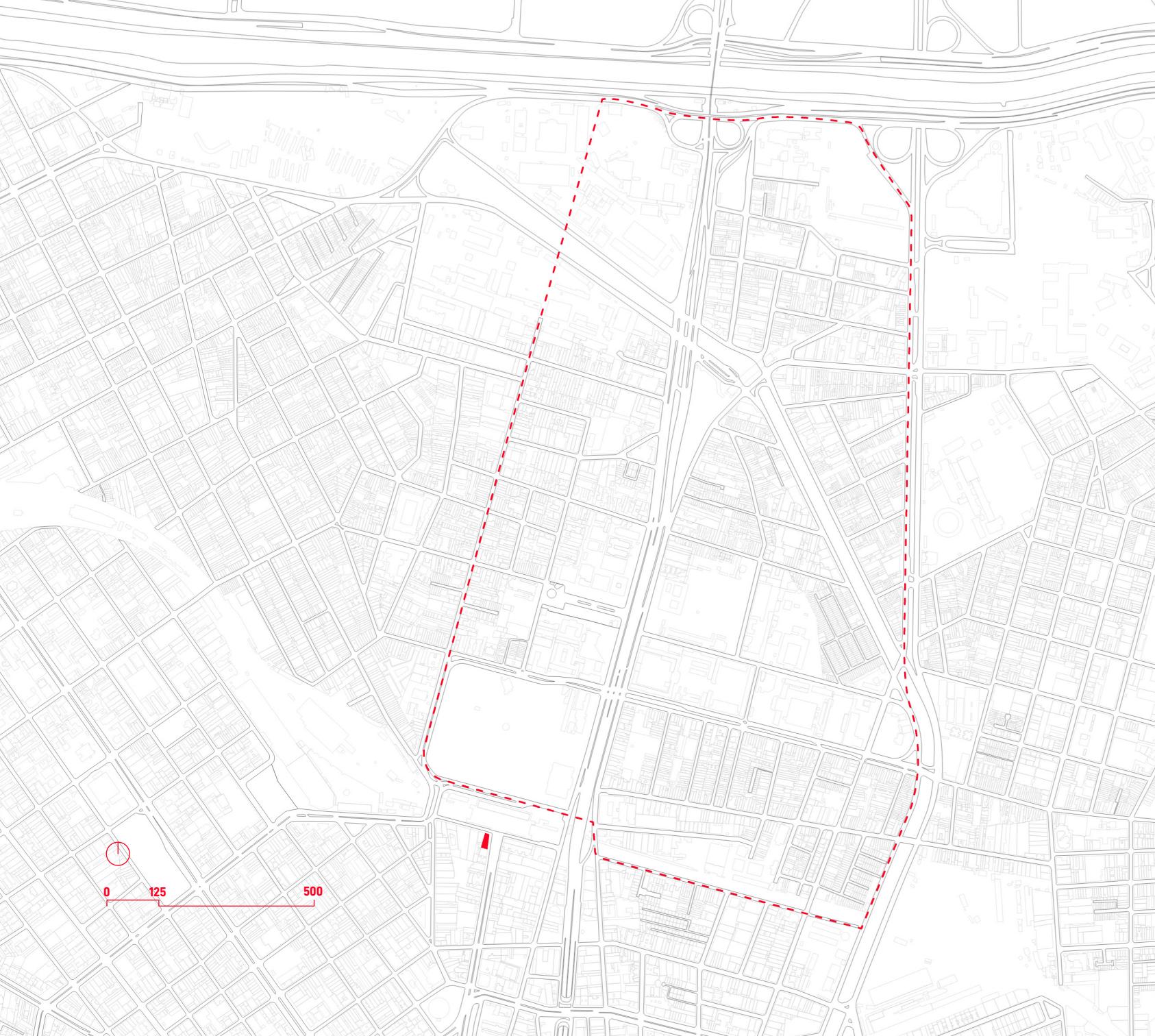
central, através de iniciativas que incentivassem as dinâmicas imobiliárias na região, valorização dos imóveis e solucionar a questão dos cortiços e do tráfico de drogas na região.

Neste quadro, começou a se consolidar a partir da década de 90 a ideia de intervir no Centro. Embora algumas ações neste sentido tenham surgido na década de 70 e 80, somente nos anos 90 a “revitalização” se tornaria uma ideia dominante na esfera pública, notadamente em função da atuação de uma organização não governamental surgida também nesta década, a Associação Viva o Centro. A partir de então, as iniciativas do poder público passaram a ser acompanhadas de discursos sobre a revitalização do Centro, e apostavam na atração do setor privado como caminho para reversão da degradação. (KARA-JOSÉ, 2010, pg.13)

Paralelamente, e com a constituição das Lutas de Cortiços, que reunia os movimentos a fim de reivindicar melhores condições de moradia para a população encortiçada, intensifica-se a atuação dos movimentos de moradia na região central e discussões sobre os cortiços na cidade, culminando na aprovação da Lei Moura (Lei 10.928/91), na elaboração de projetos para reabili-

tação de edifícios encortiçados e produção de unidades habitacionais populares. (KARA-JOSÉ, 2010, pg.28).

A seguir são apresentados alguns dos projetos elaborados neste período para os bairros da Luz e Santa Ifigênia para além das Operações Urbanas anteriormente mencionadas com o objetivo de promover a recuperação do valor da região enquanto parte das políticas públicas implementadas nas últimas décadas.



Área da Luz – Renovação Urbana em São Paulo (1975)

Elaborado pelo escritório de Rino Levi em 1975, o projeto foi desenvolvido em função das transformações na área em decorrência da construção em andamento da Linha 1 - Azul do metrô, que cortava o bairro da Luz, prevendo uma rápida valorização imobiliária na região. Foi também motivado pelo zoneamento de 1972, que definiu o bairro da Luz como zona de uso especial Z8-007, a maior das zonas de usos especiais definidas pela legislação, delimitando um perímetro que abrangia imóveis de interesse histórico e visando sua preservação. A definição destes perímetros exigia um plano para orientar intervenções futuras nestas áreas.

Mapa 04 – Perímetro Projeto Área da Luz - Renovação Urbana em São Paulo

Fonte: BRUNA; CÉSAR; CARVALHO, 1977

 Hotel Queluz

 Perímetro do programa

O projeto foi desenvolvido a partir de duas premissas estratégicas sendo o primeiro [...] maximizar o desempenho da área da Luz no contexto urbano e metropolitano, tendo em vista suas condições excepcionais de localização e acesso [...] e o segundo "otimizar a qualidade de vida urbana na área; assegurando condições ambientais do mais alto nível [...]" (BRUNA; CÉSAR; CARVALHO, 1977, pg.13). A partir de um extenso diagnóstico social e físico do perímetro, o projeto priorizava a preservação do patrimônio histórico local dada a previsão das transformações urbanas na região, propunha sua reorganização viária, prenunciando um acréscimo no volume da circulação de maior escala, aprimorando as articulações entre o centro histórico e a Marginal Tietê, além de reduzir os efeitos do tráfego de passagem. Estabelecia também diretrizes urbanísticas para o uso do solo dentro do perímetro a serem adotadas pela legislação então vigente em sua elaboração. (KARA-JOSÉ, 2007, pg.39).

Não é um polo comercial ou de serviços, mas dispõe de estabelecimentos comerciais e de serviços que estendem sua atração a níveis municipais e metropolitanos. Não é um núcleo industrial, mas possui grande número de indústrias, de tipos va-

riados, pulverizadas pela área. Não é um centro de transporte, mas dispõe de um terminal de transportes suburbanos de passageiros. Não é centro de lazer e cultura, que atendem a cidade e a Metrópole. Não é uma área residencial, mas abriga usos residenciais, cobrindo diferentes faixas de renda. [...] As alternativas incluem: a concentração de funções especializadas de um só tipo (lazer e cultura, ou administração pública, ou transportes, etc.), a combinação de funções especializadas de um tipo ou mais, e a ênfase maior para funções do setor terciário.

Em todos os casos, o adensamento residencial pode comparecer, como fator complementar. (BRUNA; CÉSAR; CARVALHO, 1977, pg.128)

Apesar do estudo minucioso com propostas que abrangiam diversos aspectos do uso do solo, o projeto não foi implementado, mas diversos imóveis indicados para preservação na proposta foram categorizados como zona de preservação Z8-200. Com a inauguração da Estação da Luz do metrô em 1975, não ocorreu a valorização prevista em decorrência da sua instalação: "Pelo contrário, perpetuou-se

o já iniciado processo de desvalorização urbana. O zoneamento restritivo e os diversos tombamentos conseguiram coibir a verticalização da região, que acabou sendo abandonada pela iniciativa privada, interessada por outras regiões da cidade, onde os lucros imobiliários eram mais certos" (KARA-JOSÉ, 2007, pg.40).

Programa Luz Cultural (1985)

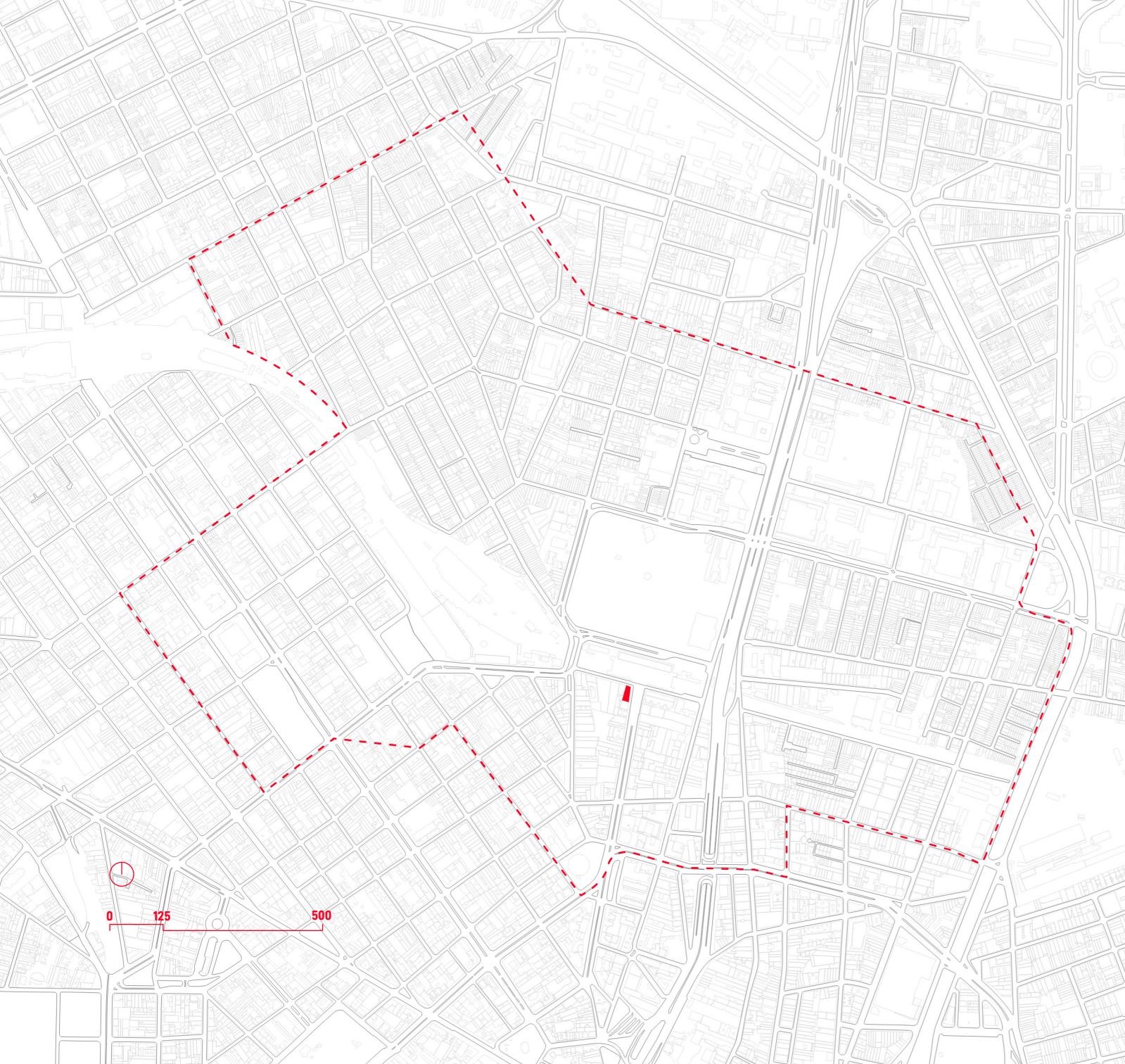
O Programa Luz Cultural foi o principal plano para a região do centro histórico da cidade na década de 1980, elaborado pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, uma contraposição às intervenções realizadas com recursos públicos na década anterior. Dada a concentração de imóveis de edifícios notáveis de arquitetura eclética e equipamentos culturais na região, a proposta se baseia no que seria chamado de "vocação cultural" local, de forma a instrumentalizar o potencial turístico enquanto impulsor da revitalização da região, recuperando seu valor histórico:

No contexto de crise financeira vivenciado pelo Estado brasileiro nos anos 1980, o então prefeito Mário Covas gostava de anunciar que o Luz Cultural era um projeto "não-financeiro", isto é, que não geraria gastos extras ao erário. Para contornar essa situação de escassez, Covas buscava engajar diversas secretarias, rea-

lizando uma captação de recursos entre as pastas que permitisse a realização do projeto. Por outro lado, a articulação entre esses agentes produziu uma gama diversificada de atores governamentais que buscavam influenciar de alguma forma o projeto. (FERNANDES, 2017)

A atuação do programa se focou principalmente na recuperação dos edifícios e reaprofiteamento dos equipamentos culturais públicos, como a Pinacoteca, o edifício da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia, o Liceu de Artes e Ofícios, o Museu de Arte Sacra e a Oficina Cultural Oswald de Andrade. Foi lançado também um guia, em 1986, com indicações de roteiros e 63 pontos turísticos para visitação, colocando estas áreas em evidência de forma a incentivar o consumo e, consequentemente, a mudança nos padrões de uso, com a redescoberta do caráter monumental da arquitetura local, oculta pela figura da degradação. (KARA-JOSÉ, 2007, pg.65).

É importante notar que, paralelamente à implantação deste projeto, houve a promulgação da Lei 9.725/84, que instaurou o instrumento de transferência do potencial construtivo dos imóveis classificados como patrimônio cultural inseridos nos perímetros das Z8-200, permi-

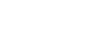


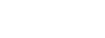
tindo que os proprietários destes imóveis tivessem uma compensação para garantir sua manutenção.

Os investimentos realizados pelo governo do Estado não surtiram efeitos e as expectativas de valorização e desenvolvimento da região criadas com a implantação do programa não se concretizaram, faltando em atrair o interesse do mercado imobiliário.

Mapa 05 – Perímetro Programa Luz Cultural

Fonte: FERNANDES; JAYO, 2017

 Hotel Queluz

 Perímetro do projeto

Programa Luz - Monumenta (1997)

O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - Monumenta, parte de proposta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao presidente do Brasil da época, Fernando Henrique Cardoso, sendo uma linha de financiamento para preservação e recuperação de conjuntos arquitetônicos de interesse histórico, visando a transformação econômica e social através de sua relevância para o turismo, tal qual o Programa Luz Cultural.

O contrato de financiamento foi assinado em 1999 com 23 cidades escolhidas, sendo uma delas São Paulo. O perímetro do programa compreendia partes do Bom Retiro, Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos, com 231 imóveis particulares e 26 bens tombados.

A proposta previa a elaboração de um sistema de equipamentos culturais, complementando as intervenções realizadas pelo Governo do Estado de São Paulo, com repasse de recursos provindos de uma linha de finan-

06 – Perímetro Programa Luz - Monumenta

: FERNANDES; JAYO, 2017

Hotel Oueluz

Perímetro do programa

Área de influência

ciamento do BID pelo governo federal para restauros e reformas dos imóveis. Foram investidos no programa mais de R\$ 19.000.000,00: "Limitado a intervenções pontuais nos edifícios de valor histórico, o financiamento contempla itens do entorno urbano dos monumentos, como calçamento, iluminação e sinalização, desde que vinculados ao sucesso da restauração prevista ou ao aumento da atração da área de Projeto" (KARA-JOSÉ, 2007, pg.240). Pela forma como foi estruturado, faltava ao programa instrumentos que viabilizassem a implementação de um plano urbanístico como havia sido inicialmente assimilado.

Em relação aos benefícios diretos para a população local, nada de concreto se pode verificar. A ausência de uma perspectiva participativa ou integradora na implantação em São Paulo é evidente desde seu início, e compromete o objetivo de aumentar a conscientização da população sobre seu patrimônio histórico. [...] Também não existe qualquer forma de prestação de contas à população. Embora se mencione a sua participação, pudemos perceber que não se criou uma dinâmica sistemática de envolvimento desta no decorrer dos procedimentos realizados. (KARA-JOSÉ, 2007, pg.242)

Projeto Nova Luz (2005)

Elaborado durante a gestão de José Serra na prefeitura de São Paulo, o Projeto Nova Luz foi coordenado por Andréa Matarazzo, então subprefeito da Sé. A proposta, fundamentada pelo estigma da Cracolândia e pelo discurso da renovação, se justifica com a necessidade de resolver os problemas atrelados à Cracolândia, qualificando os espaços do centro e eliminando os locais de consumo e tráfico de drogas e, assim, solucionando a deterioração da região da Santa Ifigênia.

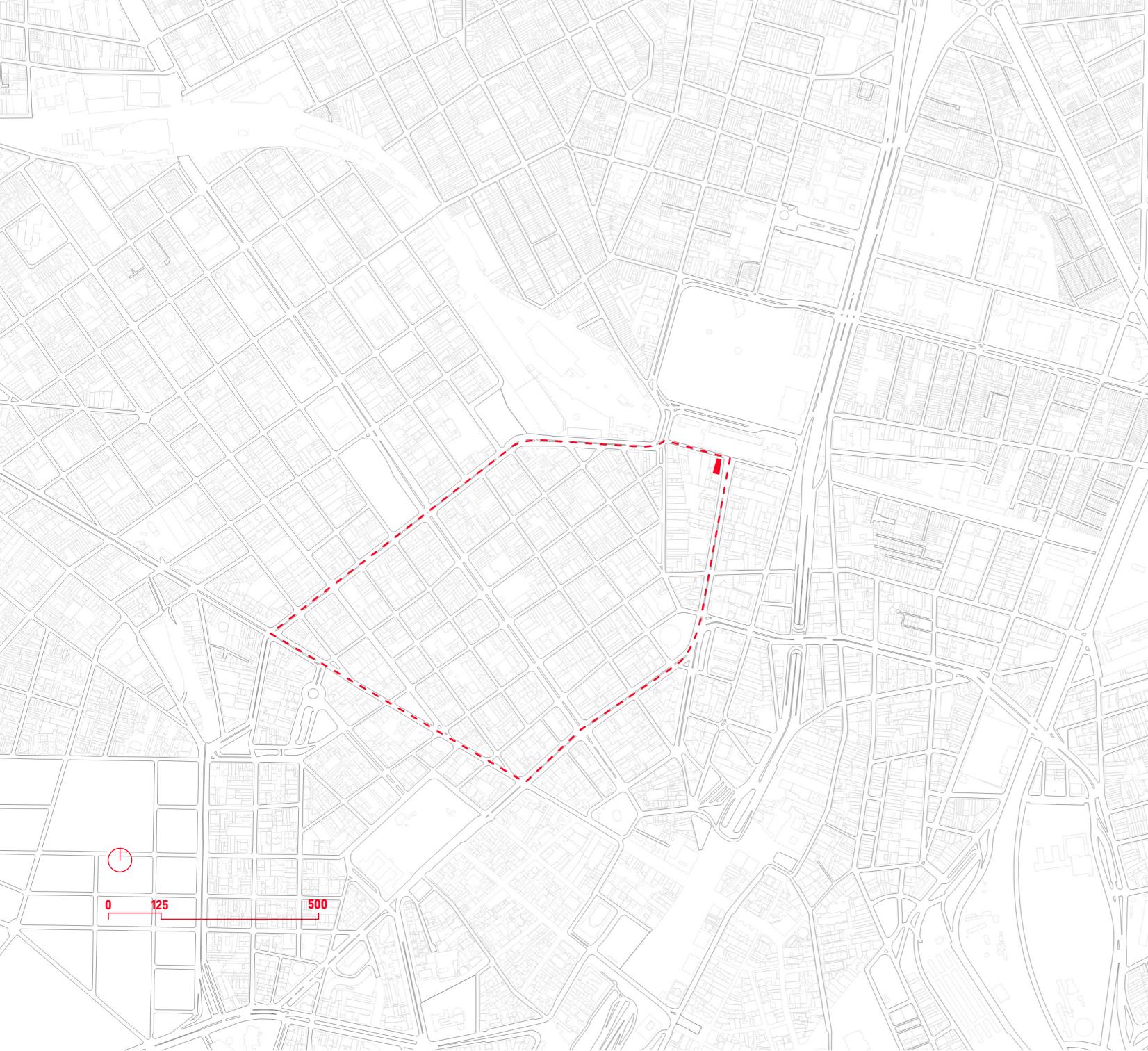
O projeto consistia na implantação de um plano urbanístico em um perímetro de 270 mil metros quadrados na região da Cracolândia, entre as avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero e a Rua Mauá, prevendo a desapropriação e mudança de uso e ocupação do solo, a fim de criar um novo polo de comércio e serviços que atraísse principalmente a área da tecnologia. A estratégia de desenvolvimento se baseava na potencialização

das atividades comerciais, com atração de novas atividades econômicas e atividades de cultura e entretenimento. Propunha ainda a ampliação do uso residencial, implantação de equipamentos públicos e qualificação ambiental e urbanística da área.

Quanto ao patrimônio histórico presente no perímetro, o projeto previa a sua recuperação, com restauro a ser efetuado pelos proprietários através da transferência de potencial construtivo, com um prazo de dez anos para a execução. Após este prazo, o Concessionário passaria a ser responsável pelo bem, procedendo com a aquisição do imóvel.

Atrelados ao projeto, foram elaborados outros instrumentos para fomentar a proposta, como a Lei de Incentivos Seletivos para atração das empresas e a Operação Limpa de 2005 na Cracolândia, nas quais equipes formadas por agentes da Prefeitura e da polícia civil, militar e federal atuaram durante três meses inspecionando e fechando estabelecimentos e abordando pessoas consideradas suspeitas de atividades criminosas.

O projeto, com um forte discurso ideológico de desenvolvimento urbano e recuperação, baseou-se fortemente em seus instrumentos e foi alvo de críticas pela



promoção da especulação imobiliária e apagamento das preexistências da região. A proposta foi arquivada em 2013 pelo ex-prefeito Fernando Haddad, mas houveram impactos neste processo, principalmente sobre a especulação imobiliária:

[...] a comoção gerada à época de sua divulgação acabou se arrefecendo em função da demora para execução de tudo que foi alardeado [...]. Entretanto, mesmo sem ações concretas, obteve-se informações sobre o aumento dos valores imobiliários em função da expectativa de mudanças. (KARA-JOSÉ, 2010, pg.151)

Mapa 07 – Perímetro Projeto Nova Luz

Fonte: PMSP, 2011

 Hotel Queluz

 Perímetro do projeto

Campos Elíseos Vivo – Mundaréu da Luz (2018)

O Campos Elíseos Vivo foi criado pelo coletivo Fórum Aberto Mundaréu da Luz, grupo formado em 2017 frente às diversas operações de remoções e ações da Prefeitura e Governo Estadual de São Paulo no bairro do Campos Elíseos e região central. O projeto, concebido de forma participativa com moradores, trabalhadores, comerciantes, profissionais da saúde e outros grupos da região, surge como uma alternativa frente aos diversos planos elaborados e executados nas últimas décadas.

A partir das preexistências, a proposta se foca na produção habitacional com o estoque de imóveis desocupados que receberam notificações da prefeitura. Prevê a construção de 3.500 unidades habitacionais, propondo quatro modalidades em seu atendimento: locação social, hotel social, casa própria e moradia terapêutica. É proposto também a implantação de espaços para comércios, equipamentos públicos, espaços de convivência para a inclusão social de pessoas com transtornos mentais, horta comunitária e um restaurante-escola.

Dado o baixo impacto no ponto de vista das demolições, o projeto propõe o restauro e reforma do patrimônio histórico existente, indicando o uso misto, com unidades habitacionais em seus pavimentos superiores e outra forma de uso no piso térreo.

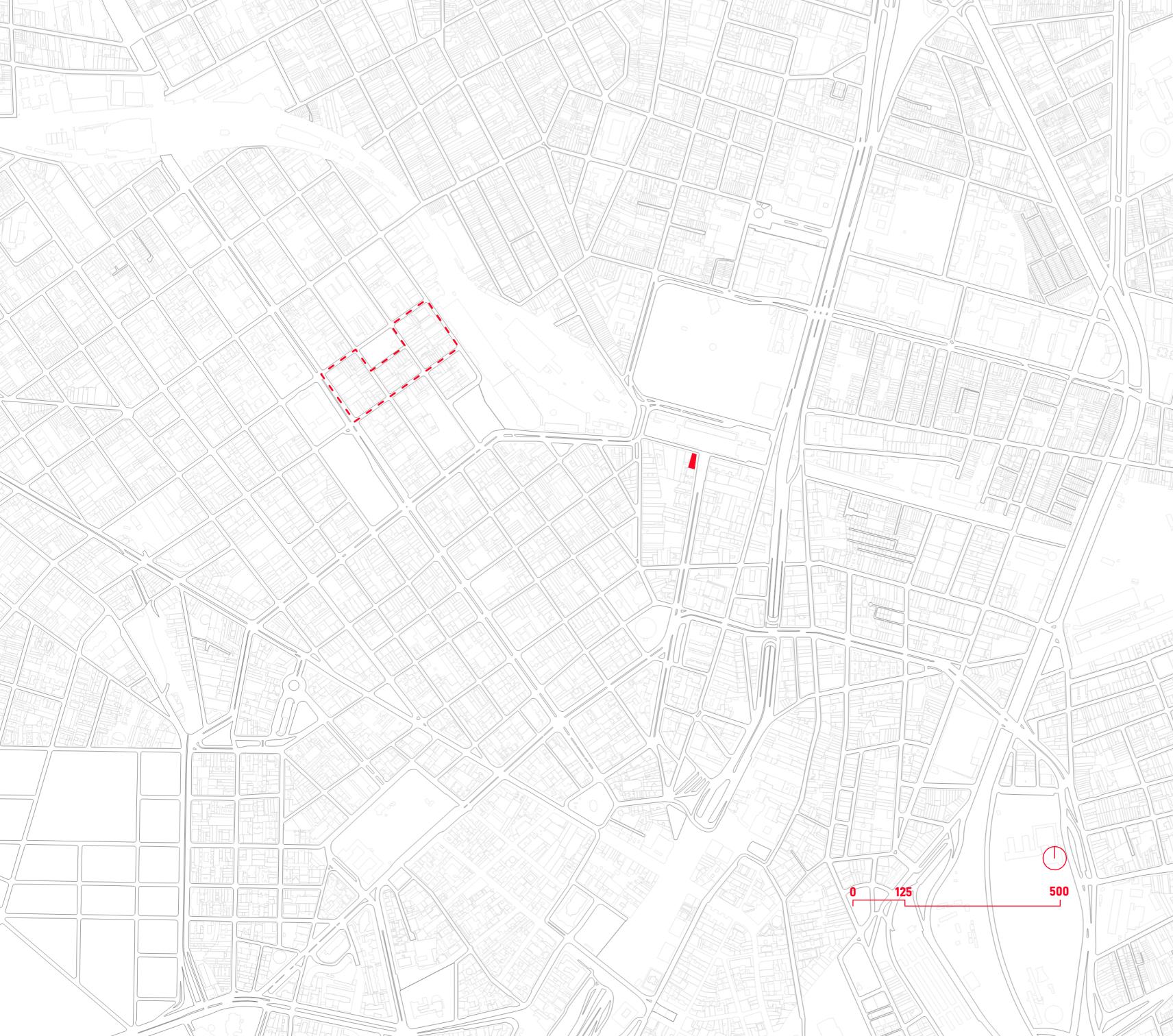
No atual cenário de autoritarismo, que silencia especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade e que determina a remoção de moradores e comerciantes da região da Luz (com data e hora marcada, mas sem qualquer alternativa adequada de acolhimento), uma proposta que tem o diálogo como premissa é urgente. (FÓRUM ABERTO MUNDARÉU DA LUZ, 2018)

Mapa 08 – Perímetro Programa Luz - Monumenta

Fonte: MUNDARÉU DA LUZ, 2018

 Hotel Queluz

 Perímetro do projeto



Apesar das diversas propostas realizadas pelo Estado nas últimas décadas, estas fracassam em alcançar as metas de desenvolvimento da região e a sua consequente requalificação, permanecendo uma área de ocupação predominantemente popular. Em sua tese, Beatriz Kara-José resume a questão:

A ideia de degradação do Centro surgiu vinculada à saída das elites do Centro e à popularização deste. Nos anos 90, a ideia de revitalização surge com representações diversas: há a tentativa de se trazer de volta às elites, através da reversão da degradação vista como existência de situações sociais indesejadas – camelôs, moradores de rua, espaços públicos descuidados – e da recuperação do antigo glamour. Desta perspectiva, defende-se o resgate do valor simbólico e imobiliário do Centro através de ações voltadas para a atração de novos usuários e empreendedores privados. [...] Por outro lado, há a perspectiva de fortalecimento do caráter popular do Centro e ocupação de imóveis vazios por moradias populares. Perspectiva essa defendida pela população que já trabalha e mora (em más condições) na região central, e colocada em pauta através dos movimentos de moradia. Há também a perspectiva de melhoria das

condições ambientais e de infraestrutura, e de fortalecimento das atividades econômicas existentes. São várias visões diferenciadas, que ora se complementam, ora entram em choque. (KARA-JOSÉ, 2010, p.38)

O edifício e as mulheres

O Hotel Queluz

Localizado na esquina das ruas Mauá e Cásper Líbero (antigas ruas da Estação e Conceição, respectivamente), em frente à Estação da Luz, o Hotel Queluz integra o conjunto de edificações hoteleiras icônicas da região, como o Hotel Federal Paulista, Hotel do Comércio, Hotel Roma e Hotel Kirin, frutos do momento de expansão do centro de São Paulo, com a instalação da Estação da Luz e Estação Sorocabana (**Imagen 01**).

A produção hoteleira na cidade de São Paulo tem suas origens no início do século XIX, com a fundação da Faculdade de Direito no Largo São Francisco em 1828. Foram instalados diversos hotéis dentro do perímetro do triângulo histórico, nas proximidades da rua Direita,

como o Hotel Quatro Nações, Hotel Itália, o Grande Hotel de France e o Hotel D'Oeste. (MONTEIRO, 2006, pg.32).

A partir da segunda metade do século, a cidade começa a apresentar os primeiros sinais de crescimento decorrentes da cultura cafeeira paulista. A implantação das estradas de ferro e, principalmente, da Estação da Luz foram fundamentais neste processo. As transformações resultantes deste crescimento ficam evidentes nos edifícios da cidade, inicialmente no centro, seguido pelo entorno da Estação da Luz: a instalação dos hotéis nesta área da cidade foi rapidamente impulsionada com a criação de um novo centro comercial ao seu redor do complexo formado pela Estação e a Praça da Luz, em consequência do grande fluxo de pessoas que chegavam à cidade pela estrada de ferro. É neste momento que a Rua da Estação se torna um eixo de hotéis, dispondo também de comércio e outros serviços para atendimento desta população viajante.



Imagen 01 – Vista da antiga Rua da Conceição (atual Avenida Cásper Líbero), em 1914. O Hotel Queluz, localizado à direita e o Hotel Roma, na esquina à esquerda
Fonte: Acervo Biblioteca Mário de Andrade

A época áurea do bairro da Luz foi o final do século XIX, prolongando-se até a década de 1930. Neste período, diversos edifícios monumentais de uso institucional foram construídos na região e a avenida da Luz foi toda remodelada, transformando-se num grande bulevar arborizado e calçado. (TOLEDO, 1983, pg.82)

Nesse contexto se insere o Hotel Queluz, com projeto original datado de 1902, e amplamente atribuído à Francisco de Paula Ramos de Azevedo (MONTEIRO, 2006; DIFÉRIA, et ali, 2001), embora não confirmado pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico - em sua ficha de inventário, o Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura declara o autor do projeto como não identificado. A precipitada atribuição deste projeto ao Escritório Técnico Ramos de Azevedo é, na verdade, uma questão comum a diversos edifícios ecléticos do mesmo período, momento em que o ecletismo era o estilo vigente, sendo amplamente pensado, construído e difundido na cidade.

Atribuir tão somente a Ramos de Azevedo a responsabilidade pelas mudanças da arqui-

tura paulista do período seria exagerado, além de pretensioso. O arquiteto Ramos de Azevedo e sua visão de mundo fazem parte de um espírito de época e de um contexto propício aos empreendimentos e empreendedores que buscavam progresso, inovações, comércio e industrialização. (CARVALHO, 1998).

Tendo como proprietário original o Sr. Antônio Ferreira Junior, o edifício em sua primeira versão do projeto consistia em um edifício de uso misto, com salas comerciais no térreo e uso residencial nos demais pavimentos, com um total de quatro residências, duas de pavimento único e outras duas com dois pavimentos. Não foram encontrados registros sobre o exato momento em que houve essa alteração de programa projetual, apenas as plantas originais de 1902 e o anúncio de mudança de endereço do hotel, em 1911.

Originalmente, o Hotel Queluz tinha por nome Hotel Rebecchino, sendo este propriedade de Domenico Mei. O estabelecimento ocupava um edifício de esquina no Largo São Bento, frente ao Hotel D'Oeste (**Imagen 02**). Tem-se registro, através de um recorte de jornal, da transferência de endereço para a Rua da Estação data da de 1911, onde o proprietário informa a mudança para



Imagen 02 – À direira, o Hotel Rebecchino e na esquerda, Hotel D'Oeste

Fonte: MONTEIRO, 2006

Hotel Rebeguino

Aviso aos meus amigos daqui e do interior que mudei o meu Hotel do largo de São Bento, para a rua da Estação, de frente ao Hotel Roma. Nesse novo predio os srs. hóspedes e famílias encontrarão todo o conforto além do serviço esmerado, que sempre valeu-me as geraes sympathias.

Diaria 6\$000 réis

DOMENICO MEI.
S. Paul., 28 de junho de 1911.

Imagen 03 – Anúncio de jornal notificando a mudança de endereço do Hotel Rebecchino

Fonte: São Paulo Antiga

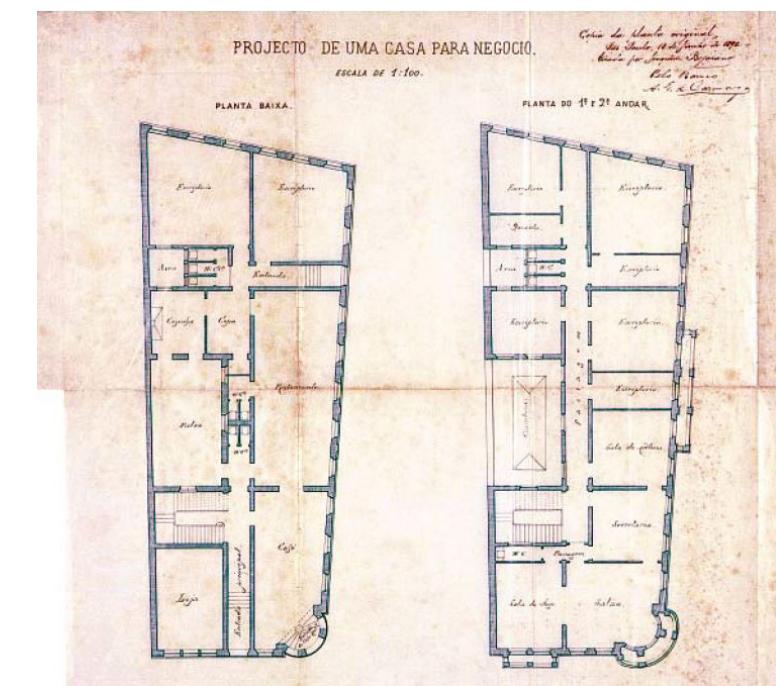


Imagen 04 – Plantas de 1832 de edifício de uso misto (comércio e escritórios) adaptado para abrigar o Hotel Rebecchino

Fonte: Acervo AHMWI

Preservação do edifício

A preservação do Hotel Queluz através de seu tombamento é contemplada pelos órgãos de competência federal, estadual e municipal, conforme descrito abaixo:

Em âmbito federal, sua preservação é instituída pelo decreto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do Processo n.º 1.463-T-00, publicado em Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2011, referente ao tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bairro da Luz.

Cabe salientar que, também integram o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bairro da Luz, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, os bens a seguir especificados, objeto do edital de notificação publicado na seção 3, página 14, do Diário Oficial da União, datado de 03 de agosto de 2000, cujo tombamento foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em sua 23^a reunião realizada em dez de agosto

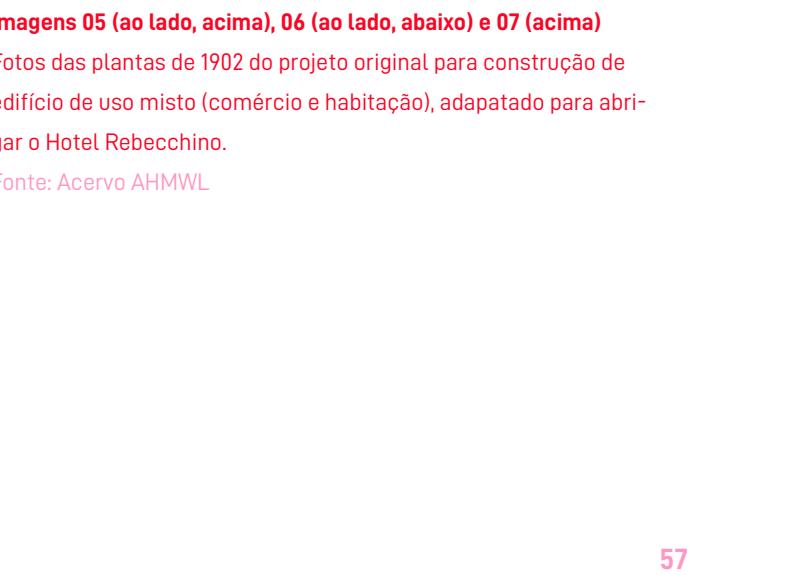
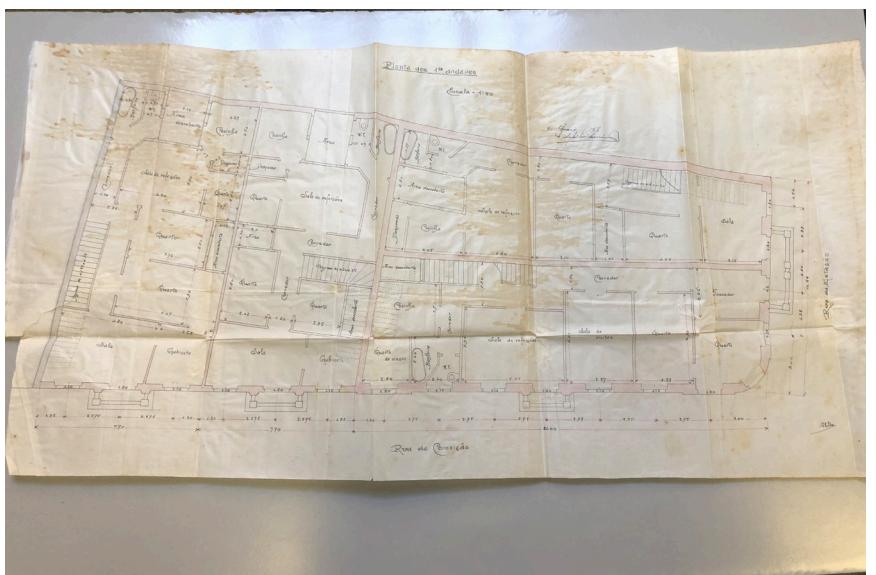
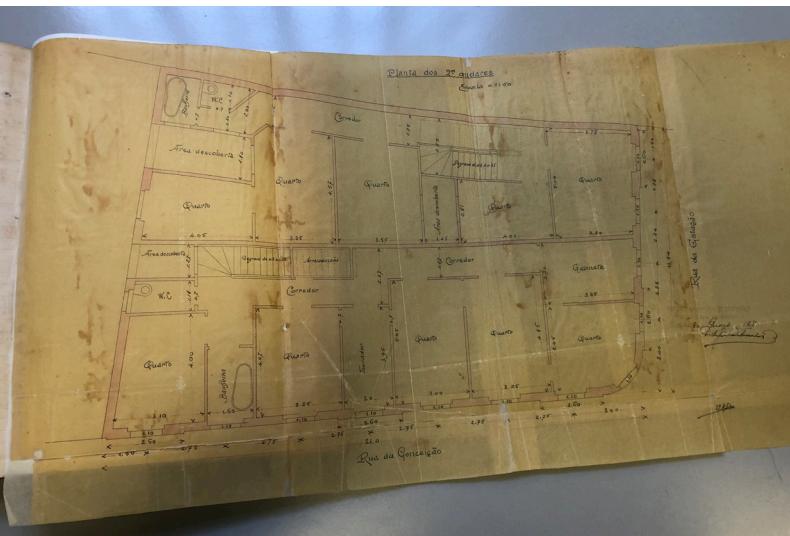
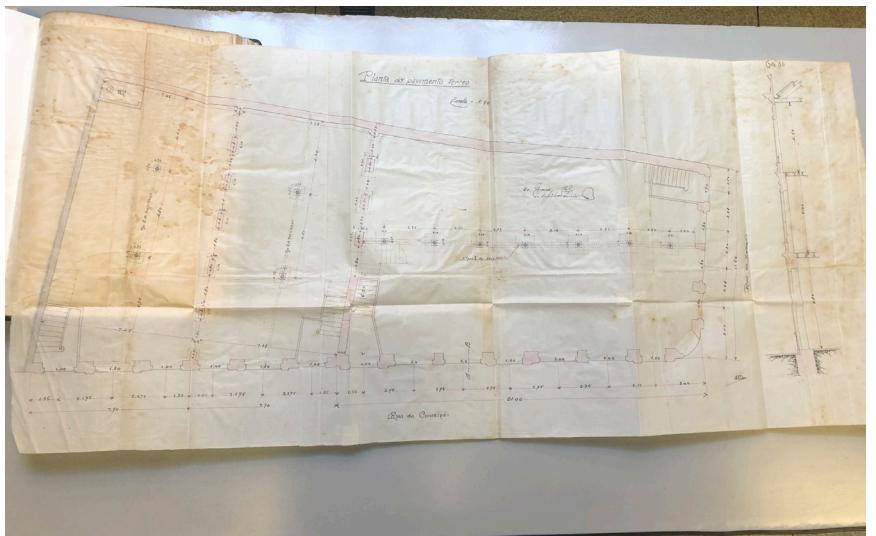
de 2000, que também gozam da proteção do IPHAN, nos termos art. 17 e 18 do Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 : Jardim da Luz, Estação da Luz, Pinacoteca do Estado, Edifício Paula Souza, Edifício Ramos de Azevedo, Quartel do 1º Batalhão de Choque Tobias Aguiar, Hotel Federal Paulista, Hotel Queluz, Armazém Central da Estrada de Ferro Sorocababa e Vila Inglesa.

Em âmbito estadual, o edifício integra o Processo de Tombamento do Bairro de Santa Ifigênia, Processo SC 24.507/86, do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), de 27 de março 1986:

No item I da referida decisão de tombamento consta o seguinte:

I.O presente tombamento aplica-se aos seguintes elementos existentes no interior do polígono acima descrito:

- a)O atual traçado urbano;
- b)O conjunto de imóveis listados a seguir: Rua Mauá, nos. 438, 440, 442 e 446; esq. com a Av. Cásper Líbero, nos. 651, 653, 659, 661, 663, 667, 669,



Imagens 05 (ao lado, acima), 06 (ao lado, abaixo) e 07 (acima)

Fotos das plantas de 1902 do projeto original para construção de edifício de uso misto (comércio e habitação), adaptado para abrigar o Hotel Rebecchino.

Fonte: Acervo AHMWL

673, 675, 677. (Tombado no Programa Monumenta)

No processo, a lista de imóveis é dividida em duas categorias de grau de proteção, GP-1 e GP-2, sendo a primeira referente à preservação integral das edificações e a segunda, à preservação das fachadas e componentes externos gerais dos edifícios, permitindo alterações internas. No processo o Hotel Queluz enquadra o grupo de edifícios categorizados no Grau de Proteção 1.

É importante salientar que este processo de tombamento do bairro da Santa Ifigênia está diretamente relacionado à instituição da Zona Especial Z08-200 pela COGEP em 1975, citada anteriormente, e teve um curto processo de tramitação, sendo considerado uma estratégia para a defesa da memória do bairro, frente ao avanço das propostas de renovação.

Em seguida, este processo passou por uma série de revisões até a aprovação da última versão em 2009, que excluía uma série de imóveis da lista de bens tombados e alterava o grau de proteção de maior parte - dos 86 imóveis que constavam na lista original, apenas 3 permaneceram com proteção inte-

gral -, sendo um destes imóveis o Hotel Queluz, que passa a possuir proteção apenas de seus elementos externos.

E, por fim, em âmbito municipal, o imóvel consta na APT (Abertura de Processo de Tombamento) dos Imóveis enquadrados na Zona de Uso Z8-200, Resolução n.º 44/92 do CONPRESP, porém segue em processo de tombamento.

As plantas da primeira versão do projeto de uso misto com térreo comercial e pavimentos superiores residenciais encontram-se no acervo do Arquivo Histórico Municipal, no livro Obras Particulares, volume 325 (**Imagens 05, 06 e 07**). Tem-se conhecimento de que no processo DAMP/Processo 2012-0.140.165-4 consta um memorial descritivo e pranchas de desenhos técnicos com cortes e planta do primeiro pavimento, porém, em consequência da pandemia, não foi possível a consulta destes documentos.

Características construtivas

Exemplo de arquitetura de influência eclética, a construção desta esquina em conjunto com as edificações no entorno próximo e, principalmente, a Estação da Luz, criam uma ambição acentuada da morfologia da cidade no período de crescimento resultante da cafeicultura. O relatório emitido em 2012 pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura organizou um detalhado levantamento de dados arquitetônicos do edifício, conforme apresentado abaixo:

O conjunto edificado conta com dois volumes: um de esquina com três pavimentos voltados para a Rua Mauá e a Avenida Cásper Líbero e outro com dois pavimentos e fachada para a Avenida Cásper Líbero. Foi construído com estrutura mista: colunas metálicas nas áreas centrais do térreo e o restante com alvenaria autoportante.

Suas fachadas de inspiração eclética - que permiteu a arquitetura da época - ostentam platibanda ornamentada, com formato curvilíneo na esquina, destacada pelo frontão de volutas encimado por palmeta e decorado com folhagens. As cimalhas superiores apoiam-se sobre consolas em volutas e as fachadas também contam com balcões - com guarda-corpos de ferro ornamental - e com pilares com capitais rebuscados. Sobre os vãos das portas balcão do primeiro pavimento há frontão cimbrado com fechos de cártyulas ornadas com rolos; nos vãos das janelas os frontões cimbrados são mais simples.

O térreo recebe revestimento de granito com bossagem e acabamento recente em pintura. Os demais pavimentos têm revestimento de argamassa com bossagens intercaladas por trechos de argamassa lisa, ambas com acabamento em pintura recente.

As portas dos estabelecimentos comerciais no térreo são de enrolar, metálicas, com bandeira fixa, externamente em gradil de ferro ornamental e internamente de madeira e vidro. A porta de acesso aos demais pavimentos, pela rua Mauá, é



60

de madeira com duas folhas de abrir. Nos demais pavimentos as esquadrias são externamente de madeira e vidro, com duas folhas de abrir e bandeira fixa, algumas com venezianas de madeira; internamente, são duas as folhas, de abrir e de madeira do tipo escuro.

O conjunto edificado destaca-se na paisagem local em virtude de sua localização em terreno de esquina, no alinhamento da rua, e por seu partido arquitetônico, que bem explorou esse aspecto. Os prédios lindeiros, em ambas as vias, permitem uma ambiência adequada, porém muito comprometida pela degradação de toda a área envoltória. (PMSP/SMC, 2012)

O material apresentado contempla apenas as características das fachadas do edifício, permitindo inferir uma dificuldade na avaliação dos ambientes internos do hotel. Através de visita realizada no local, foi possível constatar que o edifício, enquanto estabe-

Imagen 08 (ao lado) - Foto das fachadas do Hotel Queluz

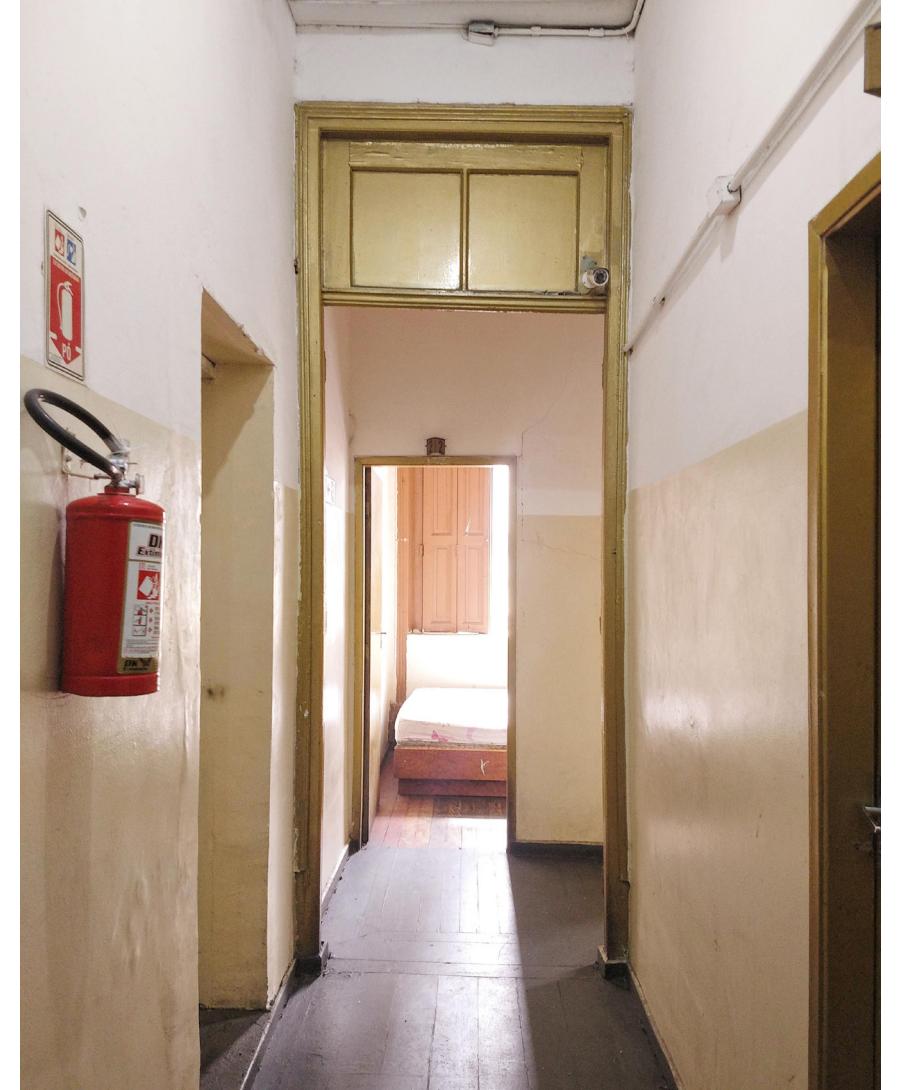
Fonte: São Paulo Antiga

lecimento, acompanhou as transformações pelas quais passou o bairro da Santa Ifigênia ao longo do último século. Com quartos baratos, cobrados pela hora, hoje é um ponto de prostituição, tema a ser aprofundado a seguir. Justamente por conta das condições de uso do imóvel, foi impraticável um levantamento e registro detalhado de seu interior. Ao lado, são apresentadas algumas fotos de maio de 2021, realizadas na visita, restrita apenas ao primeiro pavimento do imóvel.

Ocupando o primeiro e segundo pavimentos, o hotel conta com 31 quartos, sendo 19 no primeiro pavimento e 12 no segundo. Possui ainda, no primeiro andar, dois sanitários coletivos, que atendem toda a ocupação do hotel e uma lavanderia, além de uma pequena recepção. Em função da disposição dos ambientes, boa parte dos quartos não possuem janelas ou sistema de ventilação. O edifício possui também uma abertura zenital, que permite a entrada de luz natural no corredor de acesso aos quartos do primeiro pavimento. Através das fotos é possível ter uma perspectiva do atual estado de conservação do edifício. É visível a quantidade de reparos e outras adequações realizadas nos ambientes internos, além da falta de manutenção adequada do edifício.

61

Em julho de 2017, o hotel foi interditado por determinação da Justiça Federal a pedido no Ministério Público Federal, devido ao risco de incêndio no edifício. Conforme noticiado na Folha de São Paulo, o MPF fazia exigências de reparo aos proprietários desde 2011, baseado em laudos elaborados pelo Iphan que indicavam as condições de degradação no edifício. "Em maio, relatório de nova vistoria reforçou o risco no local, que não conta com um sistema de prevenção, além de improvisos no sistema elétrico" (GOMES; LORES, 2017, Folha de São Paulo). Os proprietários alegaram a dificuldade de executar os reparos dada a indisponibilidade das plantas do hotel, culminando em sua interdição. Foi exigido que os proprietários apresentassem um plano para regularização do imóvel e para proteção contra incêndios. Segundo a notícia, os proprietários haviam assinado um termo de compromisso para execução das obras de restauro com o MPF em 2012. Não foram encontrados registros a respeito das adequações realizadas pelos proprietários do edifício, mas verificou-se que atualmente o hotel segue em funcionamento, sem registros de sua reabertura, apesar da situação da pandemia em que a cidade se encontra.



Imagens 09 (acima) e 10 (ao lado) - Fotos de um dos quartos e
corredor no primeiro pavimento do Hotel Queluz
Fonte: Acervo pessoal



**Imagen 11 - Fotos de quartos no
primeiro pavimento do Hotel Queluz**
Fonte: Acervo pessoal

As Mulheres da Luz

A presença da prostituição no bairro de Santa Ifigênia, pode ser remontada à década de 1950, com a dissolução da zona do baixo meretrício no Bom Retiro e o deslocamento destas mulheres para o bairro vizinho, do outro lado dos trilhos. Entretanto, a presença da prostituição na região central da cidade é um fenômeno muito anterior a este período, com evidências da presença de meretrício na cidade no século anterior.

Em seu livro a respeito da história da cidade, Reis Filho aponta, ao comentar sobre as obras públicas realizadas na região realizadas na década de 1890: "Com a saída das famílias de maiores recursos para os novos bairros, muitos dos sobrados e casas térreas passaram a ser alugados para cortiços. Abrigavam imigrantes recém-chegados e ex-escravos. Ao mesmo tempo, expandiam-se as áreas de prostituição, em locais tão importantes como a Rua Líbero Badaró e as pequenas travessas nas proximidades

do velho quartel, por detrás da Sé. Ficava também evidente a obsolescência da maior parte das ruas estreitas do Centro, congestionadas com o tráfego crescente de veículos e pedestres" (REIS FILHO, 2004, pg.180). A questão aparece também na dissertação de Ana Carla Monteiro sobre os hotéis na região central, quando aponta:

Desassociar prostituição dos hotéis da cidade também era papel difícil naquele período. Relatórios policiais da época evidenciavam que vários hotéis, como o Hotel Suíço no Largo do Paissandu, seriam pontos de encontro de prostitutas com seus clientes. Também contribuía para a má fama dos hotéis o fato de que, em sua maioria, dispunham de jogos de bilhar. (MONTEIRO, 2006, pg.35)

Na segunda metade do século XX, a Boca do Lixo se consolida nas ruas dos bairros de Santa Ifigênia, Luz e Campos Elíseos, com seus hotéis, pensões, apartamentos e a prática do trottoir pelas prostitutas em suas ruas. Paralelamente, na Vila Buarque, região vizinha a esta, tem-se a formação da Boca do Luxo, com casas noturnas, bares e restaurantes, espaços fechados que funcionavam como ponto de encontro entre as prostitutas e clientes. Se tratavam, de fato, de territórios de

prostituição específicos para diferentes classes sociais.

Esta separação se aplica também ao perfil das mulheres que se prostituam nas duas áreas:

Na Boca do Lixo a grande maioria das mulheres (72,2%) é proveniente da zona rural do Estado de São Paulo e de outros estados; 60% são ex-domésticas; 62,5% analfabetas ou com primário incompleto, 51% brancas; 49% negras ou pardas e 59% tem de 18 a 25 anos; na Boca do Luxo 56% provem do interior do Estado de São Paulo, mas de áreas urbanas; 64% são ex-comerciárias; 100% são alfabetizadas; 96% são brancas; 50% tem entre 25 e 30 anos, e 30% trabalham em algo mais além da prostituição. (SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1965 apud FELDMAN, 1988, pg.115)

Feldman aponta, ainda, que no ano de 1968 estimava-se a presença de 10.000 mulheres vivendo na Boca do Lixo, servindo a região como local de trabalho e moradia para estas mulheres. Na década de 1970, entretanto, se inicia o processo de dispersão destas mulheres, motivada pelo controle e excessiva repressão policial na região,

mas também pelas transformações que ocorriam na cidade, com a popularização do automóvel e surgimento de motéis e hotéis dispersos por toda a metrópole:

Ao mesmo tempo, no início da década de 70 crescem as referências a hotéis "suspeitos" localizados fora dos territórios de Santa Ifigênia/Campos Elíseos e Brás: Vila Mariana, Paraíso, Santo Amaro, Pinheiros, Santana, São Miguel Paulista, são alguns dos bairros citados, mas não se configura a concentração espacial destes estabelecimentos. Instalam-se de forma dispersa e mantêm seu funcionamento articulados ao "trottoir", que passa gradativamente a ocupar os grandes eixos viários da cidade. As avenidas Angélica, Rebouças, Brasil, Brigadeiro Luís Antônio, Rangel Pestana, Voluntários da Pátria, são apontadas como locais onde as mulheres prostitutas circulam à espera dos clientes. Durante o dia e a noite mulheres prostitutas podem ser vistas nas ruas [...]. A dispersão dos hotéis e do "trottoir" são sinais do início de um novo período na territorialização de prostituição feminina das classes baixas. Rompe-se, na verdade, o cerco

à instalação dos estabelecimentos e à circulação das mulheres fora das vizinhanças dos núcleos centrais [...]. A organização da prostituição vai, finalmente, se adaptar à ocupação extensiva da cidade, utilizando os eixos viários valorizados como locais de passagem pelo crescimento do uso de automóveis e ônibus a partir dos anos 50. (FELDMAN, 1988, pg. 131)

Em seu livro sobre a história da Boca do Lixo, Joani des também comenta este processo de debandada das mulheres:

Ao sair da prisão fui encontrar a Boca do Lixo como sede do submundo, como área delimitada de prostituição e criminalidade, já extinta. Naqueles sete anos, acompanhando a evolução econômica da nação – mais especificamente o progresso da indústria automobilística com a consequente popularização do automóvel – a prostituição assumiria novas feições. Com a "automovelização" da freguesia do baixo meretrício, que é o seu grosso, passava a ser exercido todo ele pelas ruas e avenidas da cidade e praticado, ou seja, consumado em seu ato, no interior do automóvel do

próprio freguês, para tanto estacionado em qualquer dos drive-in surgidos às centenas, ou mesmo qualquer rua mal iluminada. Chegava ao fim a era hoteleira-prostibular...

Os pontos de prostitutas, os locais, geralmente esquinas, onde permanecer à escolha dos passageiros, dos michês motorizados, foram surgindo, ou mais precisamente se alongando, de modo deveras interessante, a partir do foco inicial, do berço primeiro: a Boca do Lixo. Empurradas pela repressão policial, as prostitutas foram subindo as avenidas principais, no sentido cidade-bairro. (HIROITO, 2003, pg.254)

Este processo de dispersão da prostituição pela cidade, entretanto, não significou a eliminação completa da prática na região central. Ainda hoje na Praça da Luz, Estação da Luz e arredores, encontram-se diversas mulheres em situação de prostituição, porém com um perfil muito diferente das mulheres que ocupavam as ruas do bairro de Santa Ifigênia na década de 1960. Permanecem, sua maioria, sendo mulheres negras, com uma parcela analfabetas, entretanto são, em sua maioria, mulheres entre 40 e 50 anos, chefes de família e ao contrário da dinâmica anterior na qual as mulheres mo-

ravam no local onde se prostituíam, essas mulheres habitam as regiões periféricas da cidade (RIBEIRO, 2017). São mulheres que em geral recorrem à prostituição pela necessidade, devido ao desemprego, falta de recursos financeiros, baixa escolaridade e falta de acesso às políticas públicas assistenciais. Muitas recorrem à prostituição de forma sigilosa nos períodos entre empregos, como forma de garantir a renda familiar, ou até mesmo como uma forma de complementar sua renda, mesmo com os baixos valores dos programas - entre 20 e 30 reais (RIBEIRO, 2017). Neste sentido, a Praça da Luz funciona como uma espécie de refúgio para estas mulheres, de forma a minimizarem a exposição que teriam à espera de clientes nas ruas.

Em entrevista à BBC Brasil, Cleone Santos, uma das fundadoras da ONG Mulheres da Luz e que trabalhou por 18 anos como prostituta no parque, comentou: "Uma mulher jovem consegue ficar em alguma casa em bairro nobre, tipo Café Photo. Depois dos 35, vai descendo. Chega na rua Augusta, ou Santo Amaro. Com 40, vai para as praças da República e Sé. Com 50 chega no Parque Dom Pedro e aqui na Luz. Aí faz 70 e morre, mas tem algumas que trabalharam até os 80" (MACHADO, 2018).

A ONG Associação Agentes da Cidadania - Mulheres da

Luz, fundada em 2013 por Cleone em parceria com a freira Regina Célia Coradin, tem acolhido estas mulheres - cerca de 25 mulheres por dia -, buscando o acesso à serviços públicos de assistência social, saúde, educação e cultura. O principal objetivo da organização é a inserção das mulheres em situação de prostituição no mercado de trabalho formal, garantindo uma fonte de renda para estas.

Com a ajuda de voluntários, realizam atendimentos médicos e ações relacionadas à disseminação de informações sobre a saúde para as mulheres, assim como atendimentos com psicólogos. Visando a capacitação, organizam aulas de alfabetização e português para as mulheres de baixa escolaridade, assim como cursos e oficinas que possam fornecer às mulheres uma fonte alternativa de renda. É feita também a promoção do acesso às políticas públicas e assistência jurídica.

A equipe realiza o recebimento de doações, organização de eventos e bazares a fim de arrecadar fundos para auxílio às mulheres, além de trabalho em campo, abordando mulheres em situação de prostituição na região central, abrindo um canal de escuta e disseminando informações a respeito da saúde da

mulher. São organizadas também rodas de conversa para conscientização sobre o tema e desestigmatização da prostituição.

A ONG Mulheres da Luz atuou durante anos dentro do porão do prédio administrativo do Parque da Luz, espaço cedido pela Prefeitura de São Paulo para a equipe. Desta forma, contavam com um espaço de três cômodos para a realização de suas atividades diárias. Durante a pandemia, em julho de 2020, a cessão de uso do espaço para a ONG foi revogada, obrigando a organização a buscar um novo espaço. Hoje trabalham em uma casa alugada no bairro do Bom Retiro, nas proximidades da Marginal Tietê.

O projeto apresentado a seguir tem como partido inicial o trabalho desenvolvido pela ONG Mulheres da Luz, principal organização que atua em defesa da cidadania e garantia dos direitos humanos das mulheres em situação de prostituição na região central.

A proposta de reabilitação

O projeto aqui apresentado prevê a reabilitação do edifício Hotel Queluz, preservando integralmente as suas fachadas e elementos externos e remodelação interna da edificação, em decorrência das atuais condições do edifício e a proposta de alteração de uso do mesmo. A excessiva compartimentação da área interna do primeiro e segundo pavimento da construção, somada à insalubridade de boa parte dos aposentos, que não apresentam sistema de ventilação e iluminação natural, tornam inviável a adequação dos espaços de forma que comportasse o programa projetual proposto, sendo necessária a demolição de seus elementos internos.

A escolha do edifício se deu por uma série de fatores, desde a sua localização até a simbologia da construção dentro do contexto das dinâmicas da prostituição no bairro da Santa Ifigênia. Localizado em esquina à frente da Estação da Luz, o edifício se encontra completamente inserido na esfera

da prostituição, sendo utilizado pelas mulheres e seus clientes para os programas - atualmente, a estadia de meia hora custa R\$ 5,00. É imaginada a ressignificação deste espaço para as mulheres em situação de prostituição, usuárias do edifício, modificando o atual espaço de exploração e dando lugar a um espaço de acolhimento e transformação.

Programa

O programa de necessidades elaborado teve como ponto de partida o trabalho desenvolvido pela equipe da ONG Mulheres da Luz, através do levantamento de material bibliográfico sobre a organização. Não foi possível estabelecer um contato com a mesma em função da pandemia, a criticidade do espalhamento da doença na cidade agravou severamente a condição das mulheres, que seguiram realizando programas em meio à situação de crise estabelecida. A ONG tem trabalhado extensivamente com o grupo na mitigação de riscos e assistência às mulheres.

Desta forma, foram levantadas todas as atividades realizadas pela equipe e agrupadas em grandes categorias:

> **Acolhimento:** ponto inicial de contato com as mulheres em situação de prostituição, com oferta de serviços de saúde, com atendimento médico e psicológico; assessoria jurídica e assistência social, de forma a garantir o acesso das mulheres às políticas públicas e

benefícios ofertados pelos órgãos públicos; rodas de conversa entre a equipe da organização e o grupo de mulheres;

> **Promoção da educação:** ações de alfabetização e aulas de português, além de cursos e oficinas visando a capacitação profissional das mulheres;

> **Disseminação:** realização de atividades abertas ao público em geral, divulgando o trabalho desenvolvido pela organização e promovendo o debate sobre a questão da prostituição com a sociedade; a realização de eventos possui também como foco a arrecadação de subsídios para assistência prestada à mulher;

> **Uso institucional:** gestão da organização em seus variados níveis.

Estas categorias foram, então, destrinchadas em espaços físicos e as respectivas necessidades para a realização das ações desenvolvidas pela organização, na página ao lado, é apresentada a tabela de áreas, listando todos os ambientes propostos em projeto.

Pavimento	Ambiente	Área (m ²)
Térreo	Saguão / recepção	89.6
	Depósito	16
	Salão	69.2
	Cozinha e estoque	119
	Sala comercial 1	189.9
	Sala Comercial 2	236.9
	Escritório	82.4
	Sala de reunião	34.2
	Sanitários	23.4
	Biblioteca	57.7
1º	Bazar	51.1
	Depósito de arrecadações	52.9
	Auditório	268.7
	Depósito auditório	23.8
	Consultório psicológico	15.4
	Consultório médico 1	18.5
	Consultório médico 2	18.1
	Escritório jurídico-social	13.8
	Sanitários	23.5
	Sala de aulas	19.5
2º	Ateliê 1	384
	Ateliê 2	88.9
	Depósito ateliê	19.5

Tabela 02 – Tabela de áreas por ambiente conforme previsto em projeto apresentado

Desenho

O projeto, portanto, se conforma a partir destas necessidades, organizado em blocos de ambientes de acordo com a sua finalidade no primeiro e segundo pavimento do edifício. Atualmente o hotel ocupa apenas os pavimentos superiores do edifício, contando somente com uma escada de acesso no térreo. Na proposta, é criado uma área de recepção no espaço do térreo, com redesigno da escada e implantação de um conjunto de elevadores, a fim de garantir a acessibilidade no espaço.

No primeiro pavimento, são propostos os ambientes de uso institucional e disseminação, prevendo uma área de escritório para a gestão da organização, e espaço para eventos. Este, pensando na multiplicidade de atividades, é proposto como um grande espaço aberto, com o uso de praticáveis para a montagem das instalações necessárias nos eventos, garantindo a flexibilidade de uso. O pavimento conta, ainda, com um espaço de bazar e uma biblioteca, além de um depósito para armazenamento de arrecadações para distribuição às mulheres.

O segundo pavimento foi organizado de forma a contemplar todos os espaços necessários de suporte às mulheres em situação de prostituição, tanto nas atividades de acolhimento quanto na promoção da educação. É equipada com um conjunto de salas previstas para a realização de consultas médicas e psicológicas e também do atendimento com assistência social e jurídica; conta também com um grande salão, equipado com divisórias retráteis que permitem a sua divisão em até três ambientes diferentes, prevendo a realização de atividades de formação, aulas, cursos e oficinas.

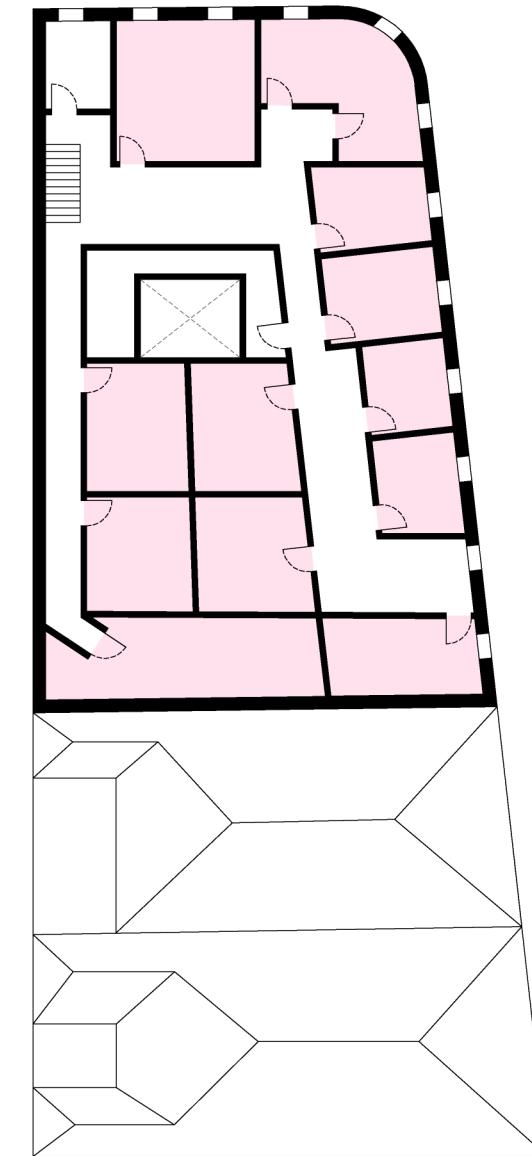
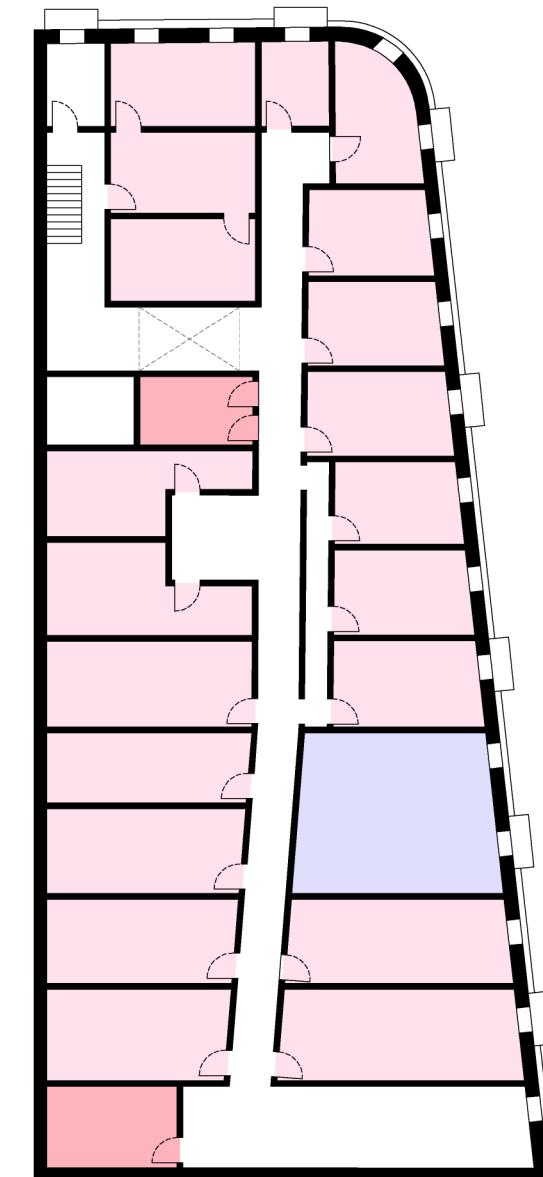
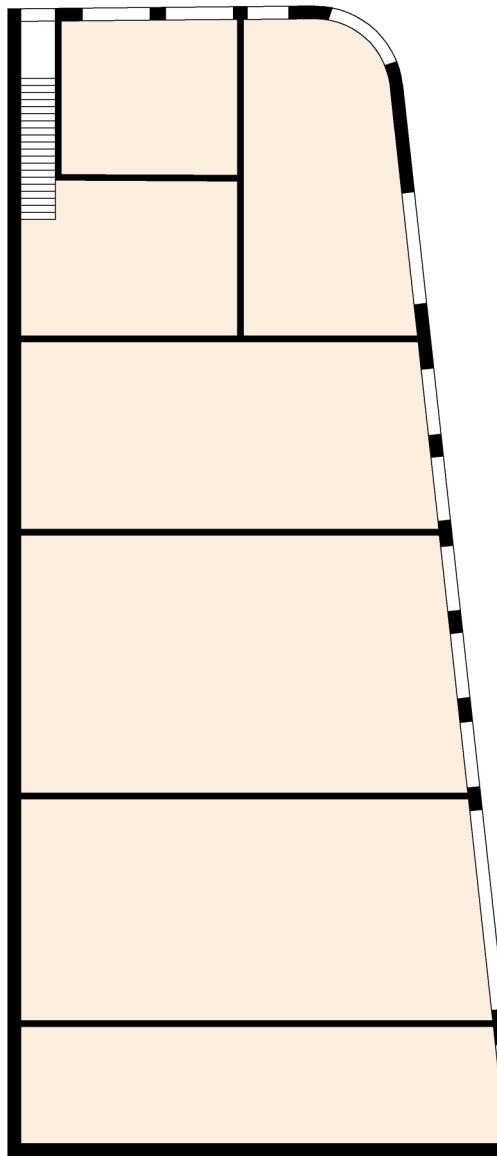
De forma a garantir a exequibilidade do projeto, é proposta a reformulação da estrutura do edifício, com a implantação de estrutura metálica nos três pavimentos, com reconstrução da cobertura prevento a instalação de tesouras no terceiro pavimento e parte do segundo, a fim permitir a abertura de grandes salas sem interferência estrutural. O desenho da cobertura é concebido de forma a não impactar na volumetria original do edifício.

Sendo a falta de iluminação natural em boa parte dos ambientes da construção atual, dadas as empenas cegas de duas das faces da edificação, o projeto

propõe o uso do vidro como principal elemento de vedação, além de manter a abertura zenital existente, que garante a iluminação no hall de acesso do primeiro e segundo pavimento. Com a reorganização dos espaços internos do edifício, é criado um duto vertical para as novas instalações hidráulicas, em torno do qual se arranjam os conjuntos de sanitários e outras áreas molhadas do programa, como o espaço de tanque para as oficinas no segundo pavimento.

Por fim, é proposto ainda a readequação das salas comerciais no térreo da edificação. Aliando a promoção de atividades de formação com a necessidade de arrecadação de subsídios, é estudada a proposta de instalação de um restaurante-escola em uma das salas, enquanto as demais seguem com o uso de terceiros através da locação.

Projeto



0 3 7,5

Plantas atuais

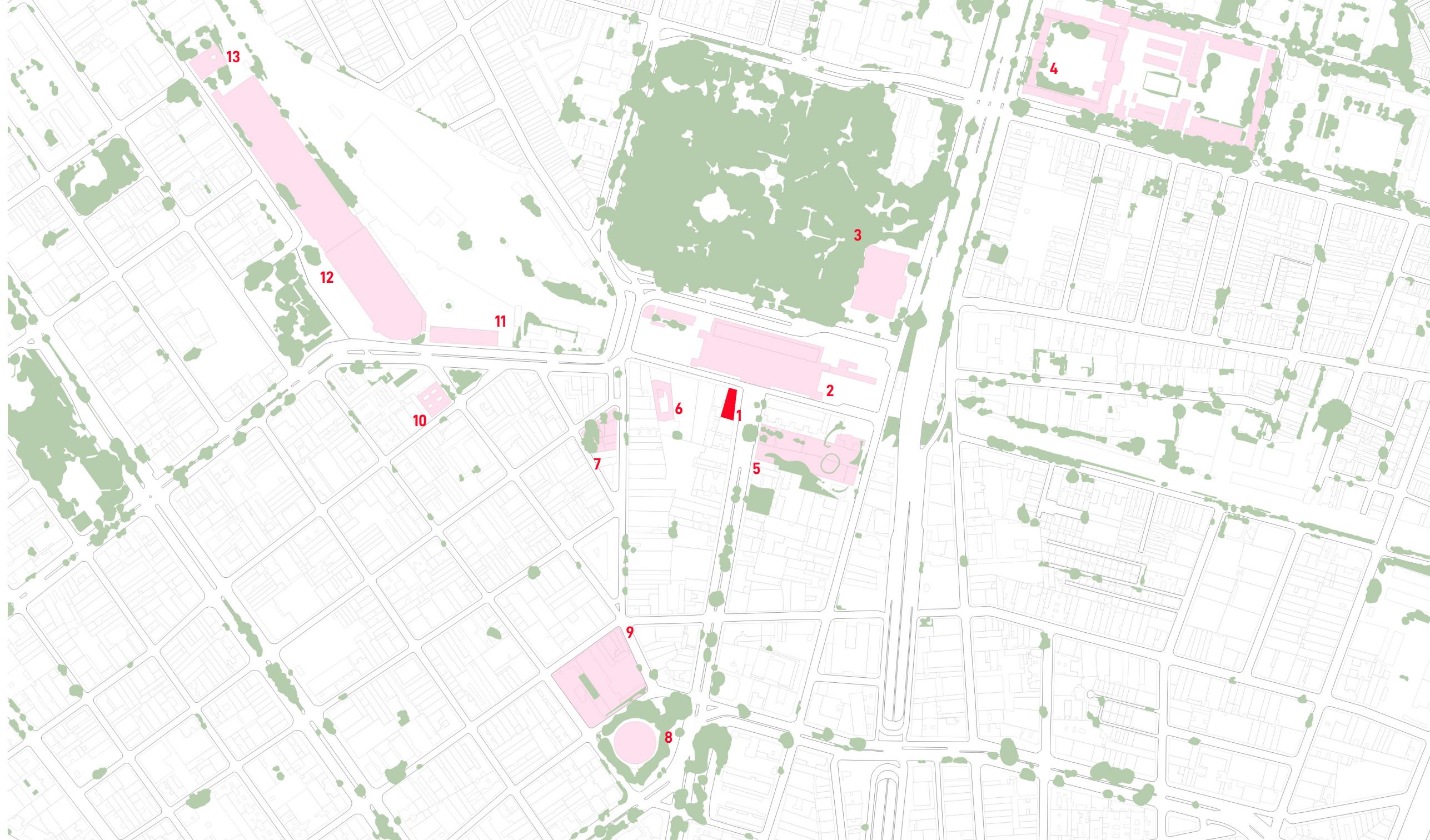
Desenhos elaborados a partir de vistoria realizada no edifício; Pode apresentar divergências em função da dificuldade de acesso em determinados ambientes.

- Quartos
- Sanitários
- Lavanderia
- Comércio

Elevações



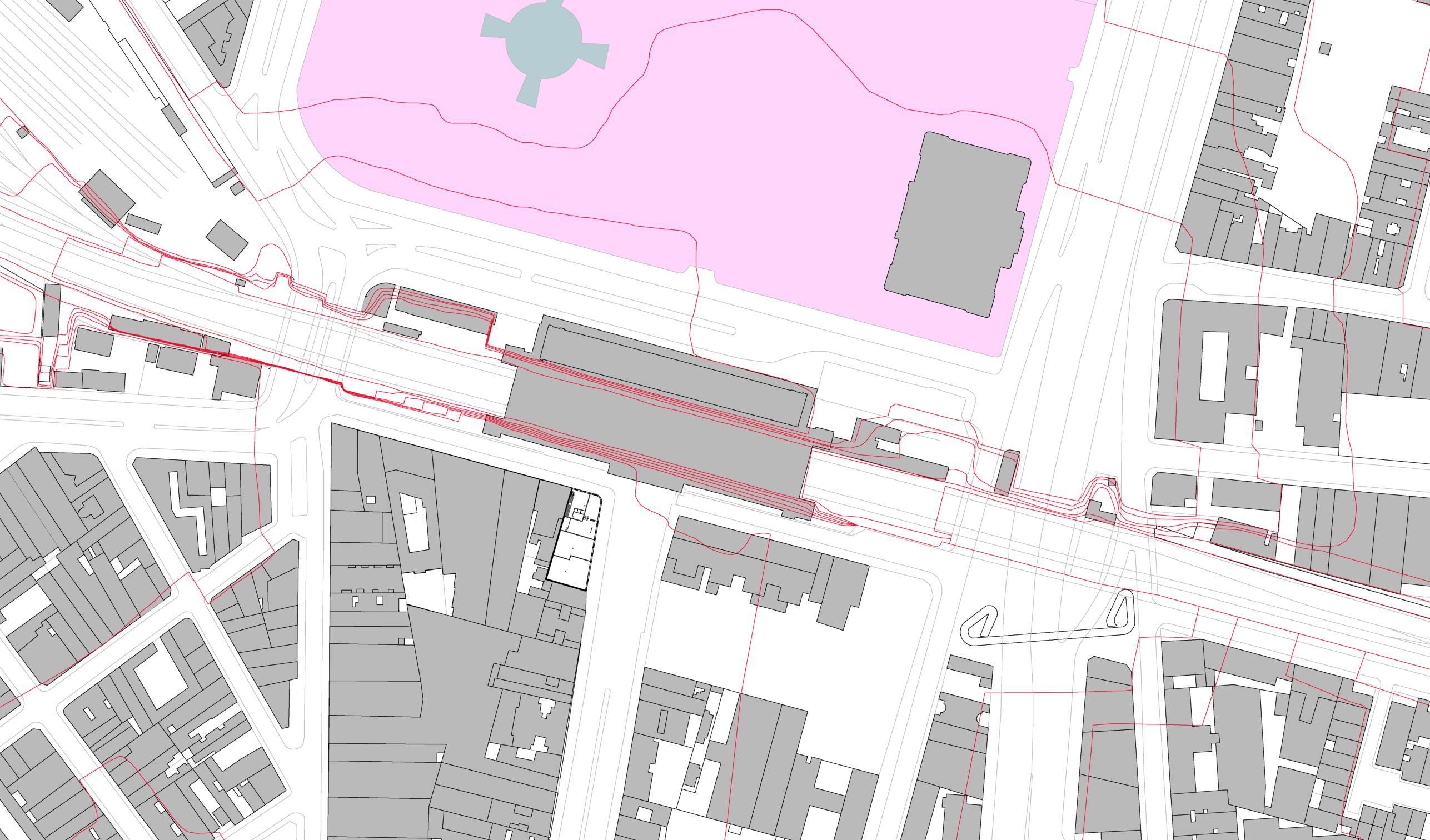
.5 0 1 5



Contexto

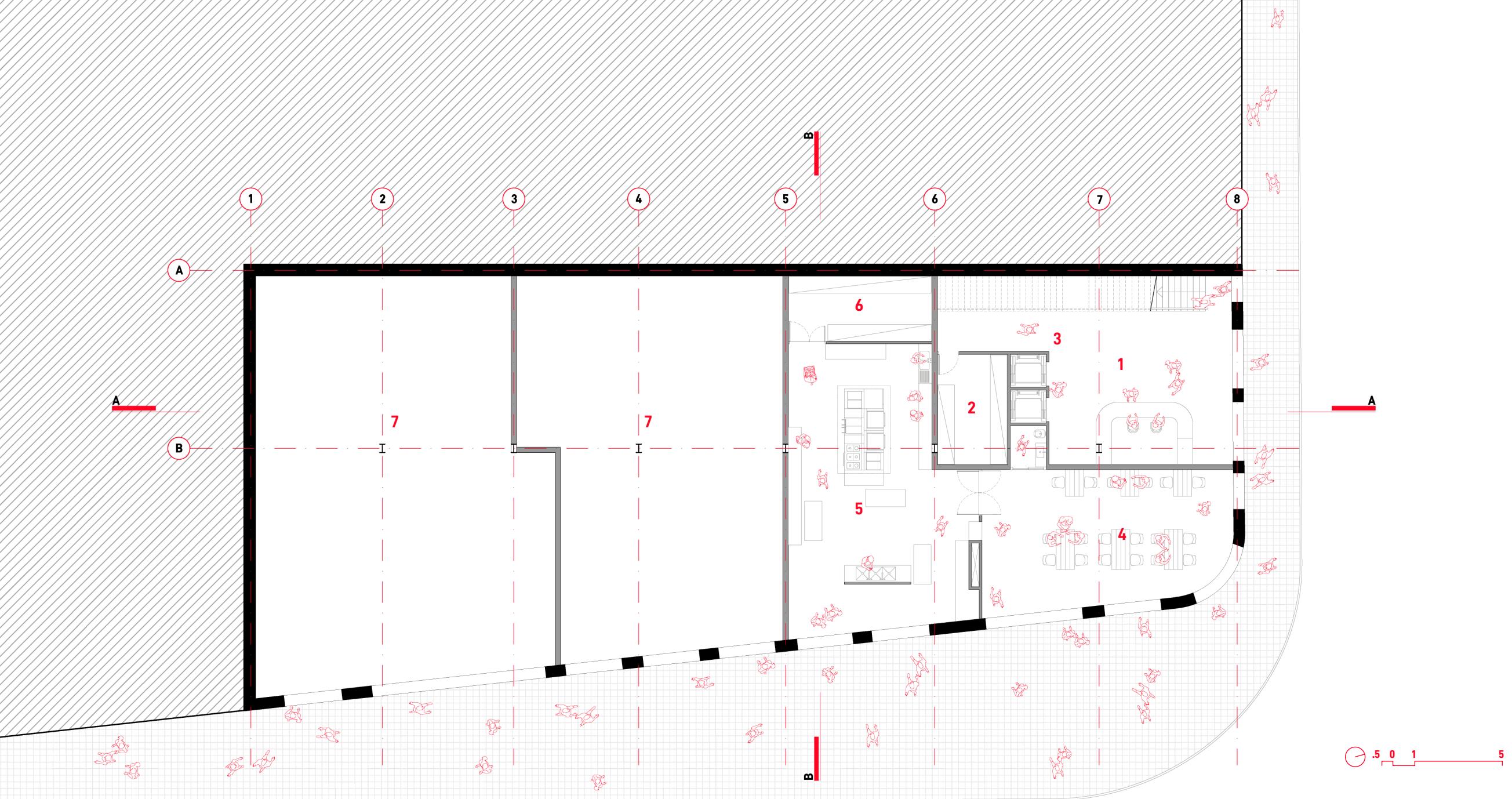
1. Hotel Queluz
2. Estação da Luz / Museu da Língua Portuguesa
3. Jardim da Luz / Pinacoteca
4. Batalhão da Polícia de Choque
5. Estação de metrô - Luz
6. Ocupação Mauá
7. Teatro de Contêiner Mungunzá
8. Poupatempo
9. ETEC Santa Ifigênia
10. EMESP Tom Jobim
11. Memorial da Resistência de São Paulo
12. Fundação OSESP / Estação Julio Prestes
13. CTA/SAE DST/Aids Campos Elíseos

0 25 125



Implantação

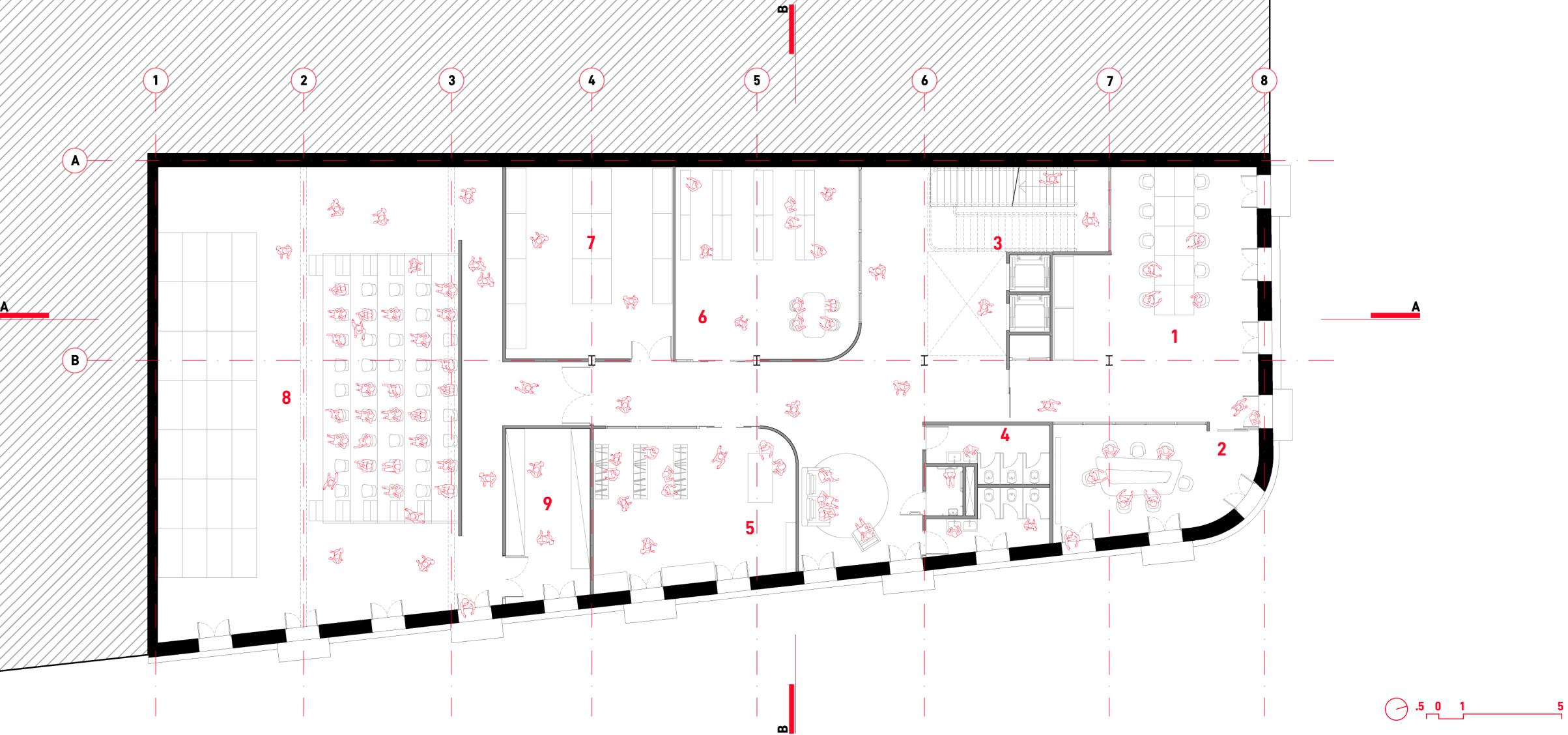
0 5 10 50



Pavimento térrreo

- 1. Acesso - recepção
 - 2. Depósito
 - 3. Circulação vertical
 - 4. Salão
 - 5. Restaurante-escola
 - 6. Estoque
 - 7. Sala comercial para locação

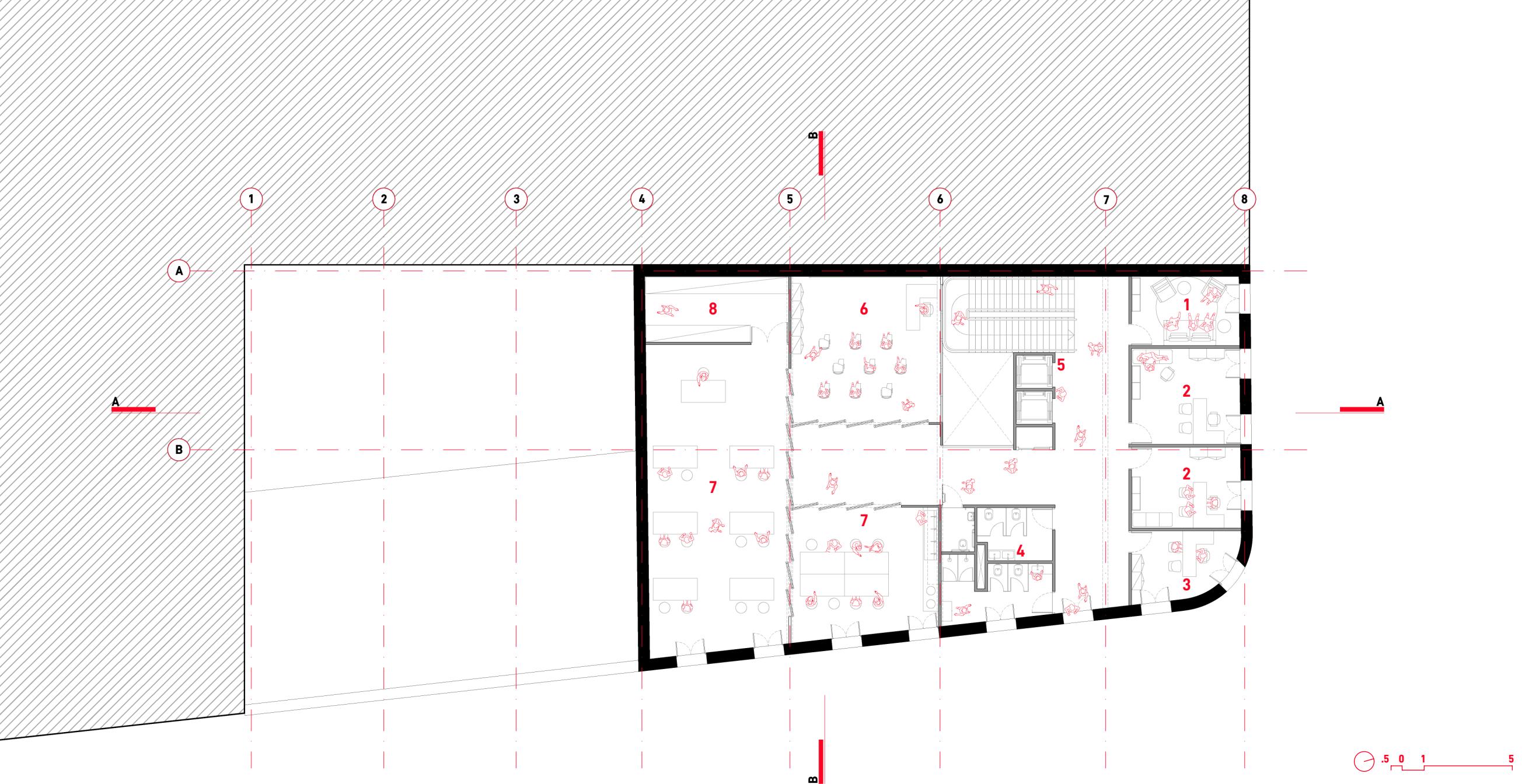
Primeiro pavimento



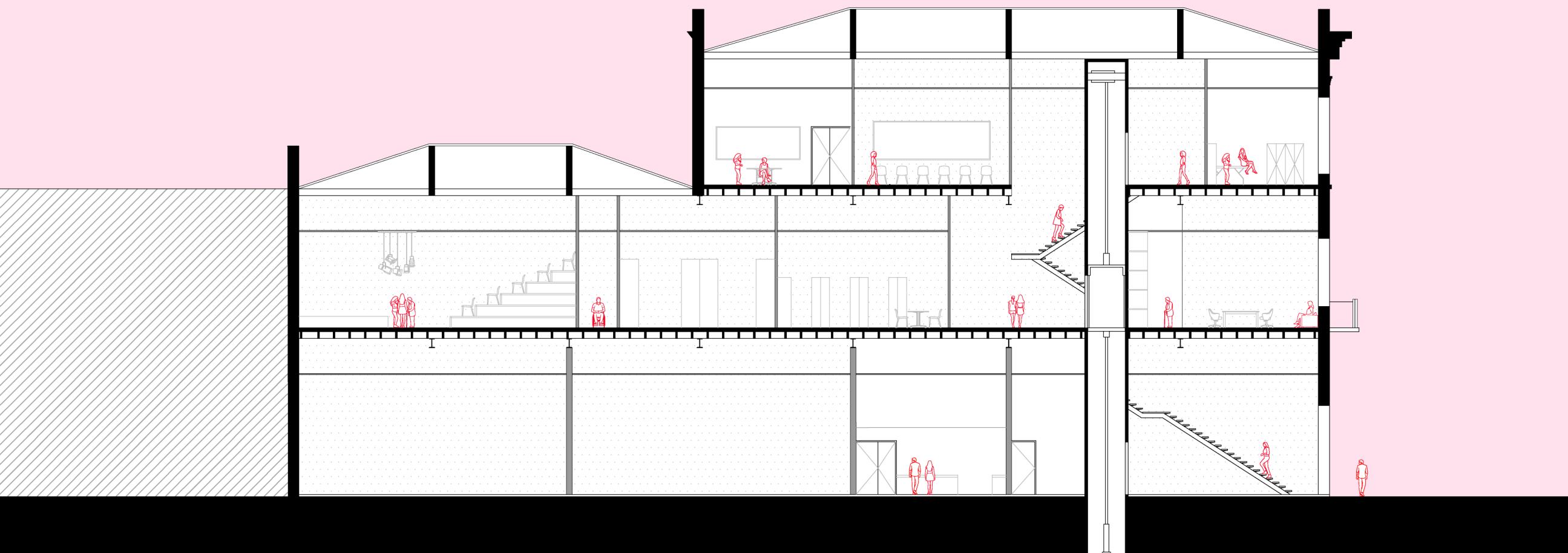
- 1. Escritório
- 2. Sala de reunião
- 3. Circulação vertical
- 4. Sanitários
- 5. Bazar
- 6. Biblioteca
- 7. Depósito de arrecadações
- 8. Auditório
- 9. Depósito de materiais

Segundo pavimento

- 1. Consultório de psicologia
 - 2. Consultório médico
 - 3. Escritório jurídico-social
 - 4. Sanitários
 - 5. Circulação vertical
 - 6. Sala de aula
 - 7. Ateliê
 - 8. Depósito



Corte A - Longitudinal



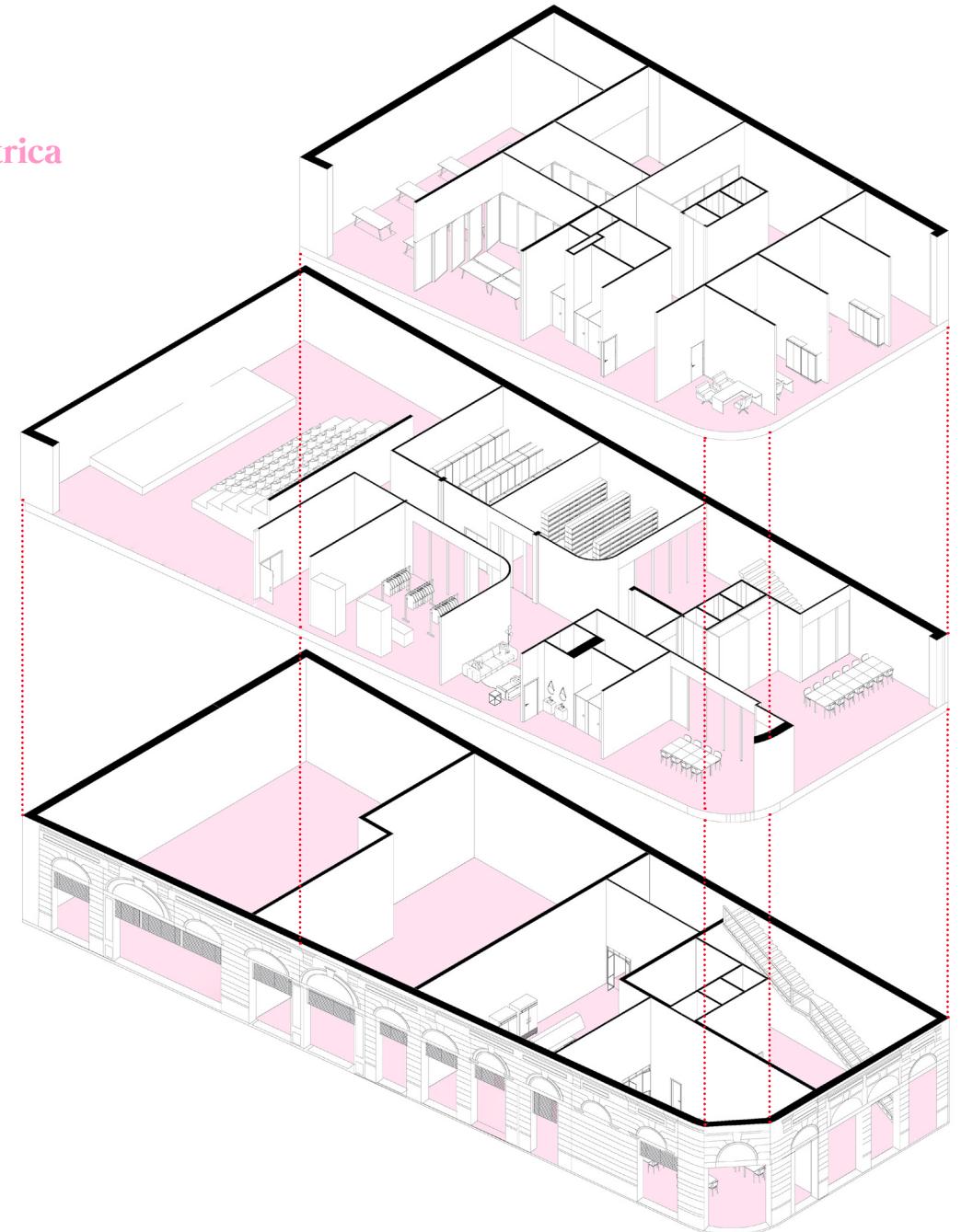
.5 0 1 5

Corte B - Transversal



.5 0 1 5

Perspectiva isométrica



Considerações finais

O bairro de Santa Ifigênia, equipado com uma série de infraestruturas urbanas e detendo um extenso conjunto de edificações que integram o patrimônio histórico da cidade de São Paulo, é também, historicamente, um local de concentração de populações de extrema vulnerabilidade. Ao longo das últimas décadas, diferentes instâncias governamentais elaboraram uma variada gama de onerosos planos e projetos urbanos visando a requalificação deste território, visando seu desenvolvimento econômico e, também, reinserção nas dinâmicas do mercado imobiliário da cidade. Estas propostas, contudo, são elaboradas às custas da invisibilização destes grupos que ocupam o espaço atualmente, chegando a prever sua paulatina remoção através de intervenções urbanísticas, seja de forma indireta ou através de ações violentas organizadas pelo Estado.

Fazem parte deste universo as mulheres em situação de prostituição. Com diversas camadas de vulnerabilidade, englobando questões como a condição social, o

risco atrelado à atividade que realiza e também a própria mulheridade, estas mulheres são contempladas por um conjunto de serviços de assistência social oferecidos pelas competências públicas, mas não possuem um programa de assistência específico para suporte em sua complexidade. Em função disso, tem sido fundamental a ação de Organizações Não Governamentais, a principal forma de apoio que estas mulheres possuem atualmente.

Como resultado final, esta proposta se debruça sobre estas questões, fazendo um exercício propositivo no caminho oposto aos projetos comentados anteriormente. Tomando como tema do estudo as prostitutas, um dos diversos grupos presentes na região, elabora uma proposta baseada no acolhimento e assistência destas pessoas e na produção do espaço físico enquanto instrumento ativo na prática destas ações. É também uma proposta que se debruça sobre o tema da ressignificação do imaginário

do espaço, levando em consideração a memória e preexistências.

O trabalho propositivo aqui elaborado, com embasamento na teoria e questões históricas locais, se propõe como um exemplo de prática profissional da arquitetura enquanto instrumento de atuação direta nas questões sociais, se inserindo nas discussões e elaborações de propostas como vetor de potencialização para transformações inclusivas e atentas às minorias sociais.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, Solange, e SOUZA, Thais C. S. **A cidade de São Paulo do século XIX e os cortiços de Santa Ifigênia (1893)**. Revista Restauro [online]. vol.2, n.4. 2018.

ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo, nas suas relações com a crônica da cidade**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

BRUNA, Paulo; CÉSAR, Roberto C.; CARVALHO, Luiz R. **Área da Luz: Renovação urbana em São Paulo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **A Arquitetura de Francisco de Paula Ramos de Azevedo: o itinerário profissional do engenheiro-arquiteto, protagonista da introdução dos modelos europeus em São Paulo, na virada do século**. Revista Cidade. Revista do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo. São Paulo, v. 5, n. 5, 1998

DIAFÉRIA, Lourenço et ali. **Um Século de Luz**. São Paulo, Editora Scipione, 2001.

FELDMAN, Sarah. **Segregações Espaciais Urbanas: A territorialização da prostituição feminina em São Paulo**. São Paulo, Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1988.

FERNANDES, Marcelo Ricardo; JAYO, Martin. **A cultura como instrumento de intervenção urbana. Dois casos no bairro da Luz, São Paulo**. Minha Cidade, São Paulo, ano 17, n. 198.02, Vitruvius, jan. 2017. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.198/6359>>. Acesso em: 22 de mai. de 2021.

FÓRUM ABERTO MUNDARÉU DA LUZ. Campos Elíseos Vivo. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://mundareudaluz.org/camposeliseosvivo/>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.

GOMES, Paulo; LORES Raul Juste. **Justiça manda interditar prédio histórico próximo à estação da Luz**. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 jul. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902_790-justica-manda-interditar-predio-historico-proximo-a-estacao-da-luz.shtml>. Acesso em: 04 de set. de 2020.

JOANIDES, Hiroto de Moraes. **Boca do Lixo**. São Paulo, Labortexto Editorial, 2003.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. São Paulo, Tese de Doutoramento (Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revalorização do**

centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo, Annablume/FAPESP, 2007.

MACHADO, Leandro. **A vida secreta das prostitutas veteranas que trabalham em parque histórico de São Paulo**. BBC News Brasil, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45133657>>. Acesso em: 26 de mar. de 2021.

MONTEIRO, Ana Carla de C. A. **Os hotéis da metrópole: o contexto histórico e urbano da cidade de São Paulo através da produção arquitetônica hoteleira (1940 - 1960)**. São Paulo, Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

NAKANO, Kazuo; ROLNIK, Raquel; e CAMPOS, Cândido M. **Dinâmicas do Subespaços da Área Central de São Paulo**. In EMURB. **Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**.

São Paulo: PMSP, CEBRAP, CEM, 2004; pp.124-158.

ONG MULHERES DA LUZ. **Mulheres da Luz, c2021. Quem somos?** Disponível em: <<https://www.mulheresdaluz.com.br/copia-apoie>>. Acesso em: 26 de mar. de v17.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo: três cidades em um século.** São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1983.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo, Instituto Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

